

## A ACÇÃO CATÓLICA PORTUGUESA (1933-1974) E A PRESENÇA DA IGREJA NA SOCIEDADE

PAULO FONTES

A *Acção Católica Portuguesa* (ACP) constitui um bom observatório para a análise do catolicismo contemporâneo e para uma renovada compreensão do papel da Igreja na sociedade portuguesa, ao longo de mais de meio século. Tal facto resulta não apenas do seu carácter institucional no seio da Igreja católica, mas também do papel que ocupa no seio da sociedade moderna. Vários testemunhos o atestam e os recentes estudos de história confirmam-no <sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Registem-se apenas os títulos de estudos que incidem directa e globalmente sobre a história da *Acção Católica Portuguesa*: FALCÃO, M. F. — *A Acção Católica Portuguesa: (Origem, orgânica, vida, resultados)*. Boletim de Informação Pastoral. 1961. 3 (14), p. 26-34; FERREIRA, A. Matos — *A Acção Católica: Questões em torno da organização e da autonomia da acção da Igreja católica (1933-1958)*. In *O ESTADO NOVO: Das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*. Lisboa: Fragmentos, 1987, vol. 1, p. 281-302; FONTES, P. — *A Acção Católica Portuguesa e a problemática missionária (1940-1974)*. In *CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA «Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas» — Actas*. Braga: U.C.P., 1993, vol. 1, p. 411-451; FRANCO, A. Sousa — *Cinquenta anos de Acção Católica*. In *A ACÇÃO Católica do presente e do futuro*. Lisboa: Rei dos Livros, 1985, p. 49-84; GOMES, J. Pinharanda — *Acção Católica*. In *DICIONÁRIO de História da Igreja em Portugal*. Lisboa: Ed. Resistência, vol. I, p. 34-40; NOGUEIRA, Eurico — *Apontamentos para a história da Acção Católica na Diocese de Coimbra*. Estudos. Coimbra, 1959, 37 (381-382), p. 559-592; REZOLA, Maria Inácia — *II-Breve panorama da situação da Igreja e da religião católica em Portugal (1930-1960)*. In *NOVA História de Portugal. Vol 12: O Estado Novo (1930-1960)*. Coordenação de Fernando Rosas. Lisboa: Presença, 1992, p. 222-255; SANTOS, António — *Retrospectiva da Acção Católica Portuguesa*. In *JORNADAS Diocesanas da Acção Católica*. Porto: 1980, p. 7-32.

Este artigo toma como objecto de análise a organização no seu todo, desde a sua instituição (1933) até à sua dissolução como corpo orgânico (1974), apresentando alguns marcos que balizaram a sua história. A formulação de hipóteses de trabalho e a detecção de pistas de investigação, no quadro da renovação da historiografia social e religiosa portuguesa, é o principal objectivo do texto, que se insere num projecto de investigação mais alargado <sup>2</sup>.

Do ponto de vista metodológico, há que sublinhar as dificuldades existentes neste tipo de estudos, quer as resultantes de redutoras perspectivas de análise ainda dominantes <sup>3</sup>, quer as dificuldades provenientes da inexistência de arquivos organizados e acessíveis relativos aos diversos organismos que integraram a Acção Católica e seus órgãos centrais <sup>4</sup>.

Assim, procederemos por aproximações sucessivas, em função de alguns núcleos temáticos, que escolhemos apresentar: a *Acção Católica Portuguesa* no quadro do catolicismo contemporâneo; a sua presença na sociedade portuguesa; caracterização do modelo e estrutura da nova organização de apostolado; dinâmica da Acção Católica; e principais etapas na vida da ACP. Em jeito de conclusão, retomaremos algumas hipóteses interpretativas, a explorar em futuros trabalhos.

### 1. A *Acção Católica Portuguesa* e o catolicismo contemporâneo

A institucionalização da *Acção Católica Portuguesa* a 16 de Novembro de 1933, com a publicação das suas *Bases Orgânicas* <sup>5</sup>, ins-

<sup>2</sup> Trata-se do projecto «Igreja e Movimentos Sociais: as Organizações Católicas em Portugal, no século XX», em curso no âmbito do Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR).

<sup>3</sup> No seu estudo sobre a Acção Católica, António Matos Ferreira caracteriza as leituras simplificadoras, devidas à falta de recuo crítico da análise histórica, nos seguintes termos: «Desde uma certa «lenda de ouro» quase reduzindo a actuação da Igreja católica e dos católicos à acção desta organização até à compreensão desta como uma simples 'correia de transmissão' da hierarquia católica, e, por consequência, 'sustentáculo do regime', o conhecimento da complexidade da constituição e da evolução da ACP é ainda muito escasso» (*op. cit.*, p. 281).

<sup>4</sup> O levantamento de dados e caracterização da actual situação no que se refere à conservação de documentação, existência e organização de arquivos, é um dos objectivos do projecto de investigação em curso.

<sup>5</sup> *BASES da Acção Católica Portuguesa*. Boletim da Acção Católica Portuguesa, Lisboa, 1934, 1, p. 12-15. Cf. DURÃO, Paulo — *Bases da Acção Católica Portuguesa*. Brotéria. Lisboa, 1933, 17, p. 325-332.

creve-se no quadro de recomposição do catolicismo e de reestruturação da Igreja em Portugal, cujo marco mais significativo fora a realização do Concílio Plenário Português em 1926. A par da organização e regulamentação da prática sacramental, da pregação e da importância da reorganização dos seminários para a formação do clero, o Concílio Plenário revelou igualmente grande preocupação pela diversidade e renovação dos agentes pastorais no âmbito da estruturação interna da Igreja. Particular realce foi dado à «disciplina dos leigos», à necessidade de «educação cristã da mocidade», a par do reconhecimento da necessidade da «Acção Católica»<sup>6</sup>.

A situação portuguesa caracterizava-se então pela separação das Igrejas do Estado e pelas relações ora conflituosas, ora tensas com o Estado republicano, a par de um sentimento generalizado de fragilidade interna e correspondente vontade de renovação do catolicismo, que se fazia sentir desde os finais do século XIX<sup>7</sup>. Por outro lado, Portugal vivia o impacto da dinâmica internacional da Igreja católica, marcada pela proposta de «restauração cristã da sociedade».

Desde o início do seu pontificado em 1922, que Pio XI definira com redobrado vigor o projecto de restauração da ordem social cristã<sup>8</sup>. Para tal, fez da ideia de «acção católica» uma nova proposta de apostolado que progressivamente se institucionaliza nos países de tradição católica: em 1923, na Itália; em 1925, na Polónia; em 1926, na Espanha; em 1927, na Jugoslávia e Checoslováquia; e em 1928, na Áustria.

No entanto, a ideia da necessidade de uma *acção católica* como instrumento de *regeneração* da sociedade não surgia isolada. Inscreve-se, pelo contrário, no contexto do chamado «catolicismo integral», em renovada afirmação com o catolicismo social<sup>9</sup>. Mas o con-

---

<sup>6</sup> Cf. *CONCÍLIO Plenário Português*. (Ed. port. oficial) Lisboa: União Gráfica, 1931. Conclusões n.ºs 143 e 147.

<sup>7</sup> Cf. FERREIRA, A. Matos — *A Igreja na Monarquia constitucional: O comportamento da Igreja em face da liquidação do Antigo Regime*. In *HISTÓRIA Contemporânea de Portugal*. Dir. de João Medina. Vol. 2. Lisboa: Multilar, 1990, p. 45-81; RODRIGUES, Manuel Augusto — *Problemática religiosa em Portugal no século XIX, no contexto europeu*. *Análise Social*. Lisboa. 1980, 16 (61-62), p. 407-428.

<sup>8</sup> Cf. Encíclica *Ubi Arcano* (de 23 de Dezembro de 1922).

<sup>9</sup> Cf. POULAT, Émile — *Église contre bourgeoisie. Introduction au devenir du catholicisme actuel*. Tournai: Casterman, 1977, p. 109-134.

texto dos «loucos anos 20», marcados pelo final da Grande Guerra e pela desorientação dos sectores dirigentes e intelectuais, são elementos que definem um contexto mais propício à formulação de novas propostas sociais, o que também aconteceu em Portugal <sup>10</sup>.

O projecto de restauração cristã da sociedade encontra expressão simbólica na festa do Cristo-Rei, instituída em 1925 <sup>11</sup>, para significar a ideia da «realeza social de Cristo». O projecto de instaurar e dilatar o *reinado de Cristo* — a realizar pela acção de todos os fiéis católicos, sob a orientação da hierarquia eclesial — valoriza o terreno social como ponto de partida para a recristianização e tem como referência a posteriormente denominada *doutrina social da Igreja* <sup>12</sup>.

A proclamação de Cristo-Rei e a afirmação da sua soberania é, segundo Pio XI, condição para a salvaguarda e o estabelecimento da paz a nível mundial. *Pax Christi in Regno Christi* foi o lema do seu pontificado. Criticando-se o «excesso de laicismo», o que está em causa é ainda a questão de definição da ordem social autonomamente à ordem divina e, conseqüentemente, a fundamentação do poder. Na perspectiva do catolicismo integral, critica-se a noção de separação do Estado e da Igreja, limita-se a autonomia das realidades temporais e afirma-se a necessidade de uma «melhor compreensão dos direitos da Igreja» na sociedade política <sup>13</sup>.

Esta perspectiva encontra eco na obra de intelectuais como Nicolas Berdiaeff <sup>14</sup> e Jacques Maritain <sup>15</sup>, pensadores com crescente

<sup>10</sup> Cf. FRANÇA, José-Augusto — *Sondagem nos anos 20 - cultura, sociedade, cidade*. Análise Social, 1983, 19 (77-79), p. 823-844; MARQUES, A. H. de Oliveira — *Os anos vinte em Portugal*. In MARQUES, A. H. de Oliveira — *Ensaio de história da I República portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, p. 63-87.

<sup>11</sup> Cf. Encíclica *Quas Primas* de 11 de Dezembro de 1925, no final do Ano Santo de celebração do XVIº Centenário do Concílio de Niceia, que levou a Roma milhares de cristãos.

<sup>12</sup> Cf. FONTES, Paulo — *A Doutrina Social da Igreja numa perspectiva histórica*, comunicação apresentada num colóquio organizado pelo Centro de Estudos Sócio-Pastorais da UCP, em 1993 (no prelo).

<sup>13</sup> Cf. *Quas Primas*, § 15, 16, 17, 22, 32, e 33 (Edição em Petrópolis: Ed. Vozes, 1957. Col. Documentos pontifícios, n.º 20)

<sup>14</sup> Nicolas Berdiaeff (1874-1948) foi um filósofo russo, que se impôs no mundo inteiro pelo seu pensamento dostoiévskiano, enraizado na tradição ortodoxa e na mística ocidental. Uma vasta obra que tem como tema central a liberdade.

Adversário do czarismo, adepto do socialismo, recusou o marxismo como explicação total, embora tenha inicialmente aceite a experiência revolucionária, no interior da qual procurou testemunhar um cristianismo da pessoa e da liberdade.

influência no movimento católico e nas novas gerações. As suas obras contribuíram decisivamente para a afirmação da ideia de que a *crise da civilização moderna* — evidenciada pela Grande Guerra e que parecia arrastar a «desintegração da civilização ocidental»<sup>16</sup> — implicava a emergência de uma «nova barbárie», a que se impunha opor uma «nova cristandade».

O ideal histórico concreto de uma *nova cristandade*<sup>17</sup>, proposto e teorizado por Jacques Maritain, não significava o retorno a um modelo do passado, mas a afirmação renovada da necessidade do primado do espiritual sobre o temporal. Esta ideia encontra-se já expressa em 1927 na sua obra *Primauté du spirituel*<sup>18</sup>, na qual precisa as condições de uma autêntica *restauração cristã*. Em contrapartida à afir-

Professor da Universidade de Moscovo, em 1922 acaba por ser expulso, considerado «adversário ideológico do comunismo». É já em Berlim que, em 1924, publica a obra que lhe traz grande audiência: *Uma Nova Idade Média*.

<sup>15</sup> Jacques Maritain (1882-1973), filho do laicismo republicano da «belle époque», converte-se ao catolicismo em 1906, conjuntamente com sua futura mulher (Raïssa), por influência de Léon Bloy e do Pe. Humbert Clerissac. Filósofo francês, exerceu a maior parte do seu magistério como professor universitário nos Estados Unidos. Embora conhecedor de Bergson, Blondel e do Pe. Laberthonière, fixa-se na filosofia tomista, facto que o tornou suspeito a muitos dos seus contemporâneos nomeadamente pelo seu *antimodernismo* — título de uma obra de 1922.

Pensador de grande influência no catolicismo contemporâneo, nomeadamente através da sua obra *Humanisme intégral. Problèmes temporels et spirituels d'une nouvelle chrétienté*, cuja primeira edição é de 1936, embora o texto seja o resultado de seis conferências proferidas na Universidade de Verão de Santander em 1934. O facto do Papa Paulo VI o ter escolhido para, na sessão solene de encerramento do Concílio, lhe entregar pessoalmente a mensagem dirigida aos homens da cultura, ilustra bem o lugar que ocupou entre a *intelligentsia* católica.

Sobre a sua influência em Portugal, V. GOMES, J. Pinharanda — *Jacques Maritain e o pensamento político português*. Separata de Democracia e Liberdade. Lisboa. 1982, 25, 20 p.

<sup>16</sup> É esta a percepção da geração intelectual marcada pela Grande Guerra e que Paul Valéry assim exprimia em 1920 (in *La crise de l'Esprit*): «Nous autres civilisations nous savons maintenant que nous sommes mortelles». Este grito encontramos-o desenvolvido em várias linhas de reflexão: na procura do «New Humanism» em que T. S. Elliot (1888-1965) ou Werner Jaeger (1888-1961) se inscrevem; no tom arrebatado e profético de Oswald Spengler (1880-1936); ou ainda numa perspectiva histórica sociologizante como a de Arnold J. Toynbee (1889-1975) em *A Study of History*.

<sup>17</sup> Para uma avaliação crítica deste projecto, cf. SCOPPOLA, Pietro — *La «Nuova Cristianità» perduta*. Roma: Edizioni Studium, 1985.

<sup>18</sup> Cf. MARITAIN, Jacques — *Primauté du spirituel*. Paris: Plon, 1927.

mação maurassiana do *politique d'abord*, a sua crítica da instrumentalização política da religião — nomeadamente durante a Guerra Civil de Espanha — e a reapropriação do princípio da *religion d'abord*, permitem estabelecer a filiação com o movimento católico do século XIX <sup>19</sup>.

Mas, paralelamente à experiência da guerra, um outro facto veio estimular e favorecer a leitura da realidade social feita pela Igreja católica. Trata-se da crise económica, iniciada com o crash da Bolsa de Nova York em 1929 que se repercute por ondas sucessivas na economia mundial e, particularmente, na europeia.

Assim, é no contexto da Grande Depressão (1929-1933) que a encíclica *Quadragesimo Anno*, de 15 de Maio de 1931, deve ser analisada. Comemorando o 40º aniversário da *Rerum Novarum*, Pio XI apontava os fundamentos e valores morais com que se deveria construir a «nova ordem social», assente numa concepção orgânica e corporativa da sociedade. E — segundo a encíclica — se «(...) esta restauração social, tão ardentemente desejada, não se pode obter sem prévia renovação do espírito cristão», «o mesmo intento se conseguirá tanto mais seguramente quanto maior for a contribuição das competências técnicas, profissionais e sociais, e mais ainda da doutrina e prática dos princípios católicos por parte, não da Acção Católica (que não pretende desenvolver actividade propriamente sindical ou política), mas daqueles (...) a quem a Acção Católica admiravelmente forma naqueles princípios e para o apostolado sob a orientação e magistério da Igreja» <sup>20</sup>.

Em suma, *doutrina social* (da responsabilidade do magistério da Igreja), *ciência social católica* <sup>21</sup> e *acção católica* — estes os três dispositivos que facilitam e enquadram a dinâmica social da Igreja ao longo do século XX. O trabalho desenvolvido pela nova organização

<sup>19</sup> Maritain é dos primeiros a demarcar-se das perspectivas maurassianas e a aceitar a condenação da *Action Française*, feita por Pio XI, em Dezembro de 1926. É, aliás, no quadro do modernismo político que o seu percurso e a sua obra devem ser avaliados. (Cf. TRANVOUEZ, Yvon — *Catholiques d'abord. Approches du mouvement catholique en France (XIXe-XXe siècle)*. Paris: Les Ed. Ouvrières, 1988).

<sup>20</sup> Cf. *Quadragesimo Anno* § 126 e 97. As citações foram feitas a partir da tradução portuguesa do texto compilado in *CAMINHOS da Justiça e da Paz. Doutrina social da Igreja. Documentos de 1891 a 1987*. Coord. de Peter Stilwell. 2ª edição. Lisboa: Rei dos Livros, 1989. Para uma análise mais aprofundada da Doutrina Social da Igreja e da sua evolução, V. CAMACHO, Ildefonso — *Doctrina Social de la Iglesia: una aproximación histórica*. Madrid: Ed. Paulinas, 1991.

<sup>21</sup> *Ibidem*, § 20.

de apostolado tornou-se assim num dos instrumentos privilegiadas pela Igreja na sua estratégia de «reconquista cristã da sociedade»<sup>22</sup>.

Esta a missão que também em Portugal se atribuiu à organização recém-constituída. Em afirmações que faz ao clero em 1933, o Cardeal Patriarca de Lisboa, definia o objectivo dessa «nova cruzada de reconquista cristã de Portugal»<sup>23</sup>:

«(...) Trata-se de levantar em toda a parte o exército de Deus. Unir, organizar e mobilizar todos os que acreditam que Deus falou por Cristo e Cristo fala pela Igreja aos homens — a fim de estender no mundo o reinado social de Nosso Senhor.

Esta união militante forma-se em volta dos báculos pastorais dos chefes escolhidos por Cristo: os bispos. Não há outros na Igreja cristã com pleno poder de dirigir e governar. União tão ampla como a Igreja: abraça o universo inteiro. Todos os interesses de Deus cabem nela.

União sob um comando nacional supremo. Pela cooperação de todos multiplica-se o trabalho de cada um.

Exército apostólico para quê? Para tomar a *ofensiva* da reconquista cristã.»<sup>24</sup>

Subjacente a este projecto pastoral, encontra-se uma concepção teológica que considera a acção organizada dos leigos como uma extensão, o «braço estendido» da hierarquia, para chegar a zonas onde o clero era incapaz por si próprio de chegar. Daí a definição de Acção Católica dada por Pio XI: «participação dos leigos no apostolado hierárquico da Igreja», sob a direcção dos bispos, de quem recebe «mandato». Em síntese: a Acção Católica, enquanto organização de apostolado recebe um *mandato* da Hierarquia, ela própria mandatada por Cristo para evangelizar<sup>25</sup>.

<sup>22</sup> Cf. PIROTTE — *Reconquérir la société. L'attrait du modèle de chrétienté médiévale dans la pensée catholique (fin du 19<sup>e</sup> - début du 20<sup>e</sup> siècle)*. In ROSART, Françoise et ZELIS, Guy (Sous la direction de) — *Le monde catholique et la question sociale (1891-1950)*. Bruxelles: Ed. Ouvrières, 1992.

<sup>23</sup> Cf. Introdução pelo Cardeal Cerejeira ao *Boletim da Acção Católica Portuguesa*. Lisboa, 1933, 1.

<sup>24</sup> Cf. CEREJEIRA, Manuel Gonçalves (Cardeal-Patriarca de Lisboa) — *Obras Pastorais*. Lisboa: União Gráfica, 1936, vol. 1, p. 102-103.

<sup>25</sup> Estas expressões encontram-se em múltiplos documentos pontifícios de Pio XI, nomeadamente naqueles que são considerados os três principais textos sobre a Acção Católica: *Quae Nobis* (Carta ao Cardeal Adolfo Beltram, 1928); *Laetus sarre*

Só através de um longo processo, que culminou com o Concílio Vaticano II, a ideia do apostolado laical amadureceria no interior da Igreja católica. Mas, tal só foi possível no quadro de uma nova eclesiologia que, tendo abandonado a concepção da Igreja como *societas perfecta*, se desenvolveu a partir da doutrina paulina do *corpo místico de Cristo*. Esta doutrina afirmou-se precisamente a partir dos anos 20/30, pese embora a permanência de certa ideia «hierarcológica» da Igreja, entendida como «sociedade desigual»<sup>26</sup>. Entre a obra de doutrinação dos anos 30 e a reflexão teológica do Pe. Yves Congar da década de cinquenta<sup>27</sup>, a Acção Católica viveu um percurso não isento de ambiguidades e tensões, contribuindo para uma evolução conceptual e protagonizando significativas mudanças a nível do apostolado laical.

Registe-se a evolução na definição da Acção Católica ocorrida durante os pontificados de Pio XII a Paulo VI, no sentido do reconhecimento da especificidade do apostolado laical e do lugar próprio da Acção Católica no conjunto deste apostolado: deixa-se de falar de «participação no apostolado hierárquico» para se falar em «colaboração com o apostolado hierárquico», o que é um modo indirecto de reconhecer a especificidade do apostolado laical; e quando a ideia de um apostolado dos leigos se afirma com nitidez e de modo alargado, abrangendo uma multiplicidade de formas organizativas, reserva-se à Acção Católica um lugar particular, definindo-a como a forma «oficial» do apostolado dos leigos. Esta evolução foi acom-

---

*nuntius* (Carta ao Cardeal Segura, 1929) e *Quamvis Nostra* (Carta ao Cardeal Leme, 1935).

<sup>26</sup> Tal era a concepção de Pio X, que considera que a «Igreja é por essência uma sociedade *desigual*, isto é, uma sociedade que abrange duas categorias de pessoas, os pastores e o rebanho, os que ocupam uma posição nos diferentes graus da hierarquia e a multidão dos fiéis.» (Cf. Encíclica *Vehementer Nos*, de 11 de Fevereiro de 1906. Petropólis: Ed. Vozes, 1957. Documentos pontifícios nº 23).

Para um maior desenvolvimento desta questão: ANTON, Angel — *El misterio de la Iglesia. Evolución histórica de las ideas eclesiológicas*. Madrid/Toledo: La Ed. Católica/Est. Teol. Sto. Ildefonso, 1987, 2 volumes; e PEREIRA, Teresa Martinho — *A identidade laical à luz do Concílio*. Lisboa: Ed. Rei dos Livros, 1990. Universidade Católica Portuguesa. Coleção Nova Spes.

A título de exemplo da produção intelectual da época, v. TROMP, Sebastian, S. J. — *O Corpo Místico de Cristo e a Acção Católica*. Petropólis: Vozes, 1946.

<sup>27</sup> V.g. GLORIEUX, Paul — *Pour la formation religieuse de nos militantes. Au centre de notre enseignement. Corps mystique et apostolat*. Paris: Les Ed. Ouvrières, 1934.

panhada e consagrada pelos Congressos Mundiais para o Apostolado dos Leigos, realizados em 1951, 1957 e 1967.

Dito de outro modo, a experiência da Acção Católica ao contribuir para o reconhecimento do pleno valor do apostolado dos leigos, contribuiu simultaneamente para a diversificação das formas de iniciativa laical no âmbito da Igreja católica. Daí a dificuldade evidenciada no contexto pós-conciliar: como conjugar a ideia do «mandato» hierárquico com a nova eclesiologia proposta pelo Vaticano II? A tensão não foi apenas teórica e ocupou a reflexão de assistentes, dirigentes e bispos em Portugal e no mundo. A título de exemplo, cite-se a reflexão produzida em 1965, no quadro de um exame sério e profundo sobre a sua situação da ACP :

«E quando, passado ano e meio, a Constituição Conciliar *Lumen Gentium* apresenta como uma das formas de apostolado dos leigos, a colaboração destes com o apostolado da hierarquia, não é temerário ou leviandade entender que aí se situa a Acção Católica, que no dizer de Paulo VI «permanece como conceito, como programa, como dever, como vocação oferecida aos leigos, para passarem do conceito inerte e passivo da vida cristã para o consciente e activo (...)».

*Permanece como conceito*: aquele conceito, expresso por Pio XI, numa forma condensada (*participação*) e explicitado por Pio XII (*colaboração*), continua a ser o mesmo conceito afirmado por Paulo VI (...)

A Acção Católica permanece como conceito, mas também como *programa*, isto é: como algo que existe não só para ser pensado e academicamente aprofundado, mas para ser feito, para realizar-se, para multiplicar-se em actos, que prossigam objectivos definidos. (...)

Permanece como conceito, como programa, e permanece também *como dever*... dever para quem tem a responsabilidade de promover a educação dos leigos para a actividade apostólica da Igreja. (...) Mas a Acção Católica permanece ainda *como vocação oferecida aos leigos*, «via mestra», no dizer de Paulo VI, para professar a adesão à Igreja, para aumentar em si mesmos a plenitude do seu significado, o *sensus ecclesiae* (...).<sup>28</sup>

<sup>28</sup> Cf. CONGAR, Pe. Yves — *Jalons pour une théologie du laicat*. Paris, 1952. Trata-se efectivamente da primeira reflexão significativa sobre a teologia do laicado.

Esta longa citação revela exactamente o sentido e a necessidade sentida em se redefinir a natureza e o âmbito da Acção Católica no novo quadro eclesial da época, marcado pela pluralidade de caminhos apostólicos oferecidos ao conjunto dos católicos.

A par desta linha de reflexão, e ainda no domínio teológico, outra questão deve ser considerada: o aprofundamento da denominada «teologia da acção». Sempre que se formulava a ideia de *acção católica* existia a preocupação de não limitar a definição do apostolado a qualquer forma de *acção temporal*<sup>29</sup>, mesmo se definida como *acção social cristã*<sup>30</sup>. Toda a *acção* enraíza num *pensamento*, exprime uma *espiritualidade*<sup>31</sup>, numa referência central à pessoa de Cristo. Posteriormente, já na década de cinquenta, a reflexão sobre o valor da *acção* encontrou novo fôlego, num contexto sócio-eclesial distinto<sup>32</sup>.

Por outro lado, esta acção visava um duplo objectivo: «a conquista interior e exterior». Só o auto-domínio e a educação dos indivíduos, o conhecimento dos seus sentimentos e paixões, a formação do seu carácter, permitiriam realizar a moralização de comportamentos e atitudes segundo os princípios cristãos, tanto no plano pessoal quanto no da vida em sociedade. Foi pela mobilização, enquadramento e acção dos seus membros que a ACP procurou assegurar a sua presença na sociedade: formação de *élites* e influência na *massa* são dois pólos indissociáveis no seu trabalho de recristianização da sociedade.

## 2. A presença da Acção Católica na sociedade portuguesa

A 10 de Novembro de 1933, na carta *Ex Officiosis Litteris* — endereçada ao Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira —, o papa Pio XI considera que «entre as múltiplas formas de apostolado que estão à mão de todos, e certamente beneméritas todas elas da Igreja, a Acção Católica é a que mais e eficazmente ocorre e

<sup>29</sup> V.g. SORAS, Alfred — *Action catholique et action temporelle*. Paris: Spes, 1938.

<sup>30</sup> Para o caso português, V. GOMES, J. Pinharanda — *Política e acção social cristãs em Portugal (1830-1980)*. Separata de Democracia e Liberdade, nº 37-38. Lisboa, 1986.

<sup>31</sup> Basta lembrar-nos da polémica que a tese de M. Blondel (*L'Action*) suscitou em 1893 e todo o debate seguinte sobre as diversas formas de modernismo.

<sup>32</sup> V.g. LEBRET, L.-J. — *Action, marche vers Dieu*. Paris: Les Ed. Ouvrières, 1949.

remedeia as novas necessidades dos nossos tempos, tão atingidos pela mortífera influência do laicismo»<sup>33</sup>.

O diagnóstico que a Igreja então fazia da relação do catolicismo com a sociedade pode resumir-se em duas palavras-chave: *descristianização*, devido não só à influência do laicismo, mas também ao indiferentismo religioso de muitos sectores da sociedade; e *desunião* ou divisão dos católicos, considerada responsável pela progressiva perda de pertinência do catolicismo e peso da Igreja na sociedade. Mariano Pinho na sua obra de apresentação e comentário ao texto de Pio XI, considerado a «carta magna da Acção Católica», não podia ser mais claro:

«Mas não são, na maioria, os portugueses, filhos legítimos da Santa Igreja? Não haja ilusões: o sector descristianizado é enorme e poderoso; além disso, dos muitos que nas estatísticas poderiam figurar como católicos, porque são baptizados e não renegaram formalmente a Cristo, são imensos os que pouco percebem, e menos praticam do Catolicismo que professam. E finalmente, não é o número que faz a força, mas a *união*, e isso é coisa que Portugal não conhece: a *união dos católicos* tem sido uma das mais árduas empresas em uma pátria, com grande gáudio e proveito dos adversários, que se regalam de assistir às nossas desavenças de família»<sup>34</sup>.

O agrupamento dos católicos leigos numa única organização nacional, de tipo predominantemente religioso, não só conferia uma maior visibilidade ao catolicismo e maior força ao apostolado desenvolvido pela Igreja no seio da sociedade, como permitia a formação de uma elite, um «escol» — como se diz na gíria da época — que asseguraria a difusão e penetração dos «princípios cristãos» no seio dos diversos sectores da vida em sociedade. Esta concepção está bem patente nos diversos documentos e directrizes de Pio XI sobre a Acção Católica<sup>35</sup> e na estrutura adoptada pela organização portuguesa<sup>36</sup>.

<sup>33</sup> Cf. § 3 do referido texto, editado in *SOBRE A Acção Católica*. Petropólis: Ed. Vozes, 1956 (2ª ed.). Documentos pontifícios nº 57.

<sup>34</sup> PINHO, Mariano — *Carta Magna da Acção Católica Portuguesa*. Braga: Apostolado da Oração, 1939, p. 125.

<sup>35</sup> A literatura sobre o tema é abundante. Para uma perspectiva histórica geral, V. AUBERT, Roger — *Pastorale et Action catholique*. In *NOUVELLE Histoire de l'Eglise*. T. V: *L'Eglise dans le monde moderne (1848 à nos jours)*. Paris: Seuil, 1975. p. 141-155. A documentação pontifícia encontra-se recolhida e comentada em diver-

Trata-se de uma forma de organização do apostolado cujos objectivos se concretizam a dois níveis: a «formação integral» dos seus associados no plano individual, que deve conduzir a uma acção com incidência a nível social, tanto no campo familiar, quanto na vida pública.

No entanto, em função dos objectivos que lhe são cometidos e no âmbito do catolicismo social, dominante desde finais do século passado <sup>37</sup>, a instituição da Acção Católica obrigava a uma subalterнизação da actividade política. É ainda da mesma *carta magna* o seguinte trecho:

«Por isso, a natureza da Acção Católica, como a da Igreja, exige que se conserve alheia à actividade dos partidos políticos, uma vez que esta instituição de católicos militantes, de que falamos, tem em vista não já patrocinar interesses particulares de grupos, mas procurar o verdadeiro bem das almas, dilatando cada vez mais o reino de Jesus Cristo na vida particular dos homens, no remanso doméstico e na vida pública dos cidadãos. (...) Isto, todavia, não profbe que os católicos, individualmente, pertençam

---

sas colectâneas, entre as quais: ARCHAMBAULT, J.-P. — *L'Action Catholique d'après les directives pontificales*. Montréal: Ecole Sociale Populaire, 1938; CIVARDI, Luigi — *Manual de Acção Católica*, 2 volumes, tradução de Aires Ferreira. Lisboa: União Gráfica, 1934; GARRONE, Mgr. Gabriel — *A Acção Católica. Sua história, sua doutrina, seu panorama, seu destino*. S. Paulo: Liv. Ed. Flamboyant, 1960; LELOTTE S.J., Fernando — *Para realizar a Acção Católica. Princípios e métodos*. Lisboa: S.E.T., 1949 (a 1ª edição em língua francesa é de 1937); LIMA, Alceu Amoroso (com o pseudónimo de Tristão de Athayde) — *Pela Acção Católica*. Rio de Janeiro: Ed. da Bib. Anchieta, 1935; e RICHARD, Mgr. Paul — *Notions sommaires sur l'Action Catholique*. Paris: Ed. Spes, 1937 (2ª ed.).

<sup>36</sup> Para Portugal, a par de Mariano Pinho (*op. cit.*), cf. FELIX, Maria José — *A Acção Católica. Nascimento e primeiros passos*. Vila Nova de Famalicão: Grandes Ateliers Gráficos Minerva, 1937.

<sup>37</sup> Atente-se na definição de «catolicismo social», proposta por um dos seus expoentes intelectuais em Portugal, o Professor Sedas Nunes: «A evolução das sociedades modernas tem sido acompanhada pelo aparecimento de problemas sociais muito graves. A resolução de tais problemas exigiu, e exige ainda, opções doutrinárias e políticas onde com frequência são postos em causa os fundamentais valores humanos. Compreende-se, assim, que pensadores católicos, atentos e empenhados na problemática do seu tempo, hajam tentado enfrentá-los, situando-os e valorando-os dentro de uma perspectiva cristã e procurando orientações coerentes com essas perspectivas. Deste movimento intelectual surgiu a corrente de ideias, de contornos mal definidos e várias ramificações, designada vulgarmente por *Catolicismo Social*. (In *Princípios de Doutrina Social*. Lisboa: Logos, 1958, p. 15).

a agremiações políticas, contanto que elas ofereçam garantias de em nada atentar contra os direitos de Deus e da Igreja»<sup>38</sup>.

Esta proposta de articulação dos católicos com a política, insere-se numa estratégia pastoral mais ampla, definida pela Igreja desde o pontificado de Leão XIII. Tal estratégia visava secundarizar tudo aquilo que era campo de divisão dos católicos, incluindo a vida política, e simultaneamente procurava salvaguardar as condições que garantissem a presença autónoma da Igreja no mundo moderno. A autonomia de pensamento e acção que a Igreja procurava seria garantida pela utilização conjugada de diversos meios que, para os primeiros três quartos do século XX português, podem ser esquematicamente enunciados do seguinte modo<sup>39</sup>:

- a) liberdade de culto e organização interna da Igreja, nomeadamente pela formação, eleição e enquadramento dos seus principais agentes pastorais;
- b) catequese e ensino da religião e moral católicas nas escolas e liberdade de ensino teológico;
- c) criação e utilização de meios de comunicação social próprios;
- d) e, por último, desenvolvimento e articulação de diversas formas de associativismo católico no campo sócio-religioso.

Tendo como referência este quadro global, a determinação na criação da Acção Católica Portuguesa não pode, no entanto, ser desligada do contexto político-religioso em que se inscreve. O Estado Novo, em cuja institucionalização e teorização se empenharam parte das elites católicas<sup>40</sup>, veio consagrar um novo relacionamento do Estado com a Igreja<sup>41</sup> e permitir o reconhecimento de um estatuto

<sup>38</sup> *Ex Officiosis Litteris*, § 9 e 10.

<sup>39</sup> Resumimos aqui alguns dos elementos de reflexão que tivemos oportunidade de apresentar numa exposição pública, subordinada ao tema «Modelos de organização e formas de presença da Igreja na sociedade no século XX» (Universidade Católica Portuguesa, 3 de Julho de 1993. Resumo disponível no CEHR).

<sup>40</sup> Cf. CRUZ, Manuel Braga da — *As elites católicas nos primórdios do salazarismo*. *Análise Social*. Lisboa, 1992, 27 (2-3), p. 547-574.

<sup>41</sup> Falamos expressamente de *consagração*, na medida em que as mudanças de relação entre o Estado e a Igreja foram sendo progressivamente definidas. Em rela-

jurídico próprio, que a Concordata de 1940 traduziu num acordo de direito internacional <sup>42</sup>, assente na valorização do peso social do catolicismo. Esta evolução era convergente com os esforços da Igreja no sentido de orientar a sua acção predominantemente para os domínios social e religioso, em detrimento da esfera de acção política <sup>43</sup>. Expressão disso mesmo foi a desactivação do Centro Católico, a partir de 1934 <sup>44</sup>.

Neste capítulo, a regra da ACP é expressa nas suas *Bases Orgânicas* de forma lapidar: «A Acção Católica Portuguesa actuará fora e acima de todas as correntes políticas, sem deixar de reivindicar e defender as liberdades da Igreja» <sup>45</sup>. Esta frase seria exaustivamente

ção aos primeiros anos da República, essa mudança é visível pelo menos a partir de 1918 (Cf. FERREIRA, A. Matos — *Aspectos da acção da Igreja no contexto da 1ª República*. In *HISTÓRIA Contemporânea de Portugal - Primeira República*, tomo I, coord. por João Medina. Lisboa: Amigos do Livro. 1985, p.207-218) e sofre alterações institucionais significativas durante a Ditadura Militar, nomeadamente com a definição do Acordo Missionário de 1928 e a autorização do regresso das ordens religiosas expulsas, em 1929.

<sup>42</sup> De entre as várias edições disponíveis: *CONCORDATA e Acordo Missionário de 7 de Maio de 1940*. Lisboa: Ed. da Imprensa Nacional, 1943. Da bibliografia sobre este tema, que é vasta, refira-se os estudos portugueses mais recentes: *A CONCORDATA de 1940. Portugal-Santa Sé*. Lisboa: Ed. Didaskalia, 1993; CRUZ, M. Braga da — *A Concordata com a Santa Sé e A Concordata com a Santa Sé cinquenta anos depois*. Communio. Revista Internacional Católica. Lisboa: 1991, 8 (3 e 4), p. 272-280; p. 372-379.

<sup>43</sup> Cf. FERREIRA, A. Matos — *Le Christianisme dans l'Europe II: La Péninsule ibérique entre 1914 et 1958*. In *HISTOIRE du Christianisme*. Vol. 12: *Guerres mondiales et totalitarisme (1914-1958)*, coord. de J.-M. Mayeur. Paris: Desclée; Fayard, 1990, p. 402-450.

<sup>44</sup> Cf. CERQUEIRA, Silas — *L'Église catholique et la dictature corporatiste portugaise*. Revue Française de Science Politique. 1973, 23 (3), p. 473-513. Para o estudo mais amplo da relação dos católicos com a política, neste período, V. CRUZ, M. Braga da — *As origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*. Lisboa: Ed. Presença/GIS, 1980.

<sup>45</sup> Base IV.1 citada in *GUIA da Acção Católica Portuguesa*. Vol. 1: *Bases, Estatuto e Regulamento Geral*. Lisboa: União Gráfica, 1954. O Director Nacional da ACP, desenvolverá repetidamente esta concepção na sua obra de pregação e doutrinação, de que se destaca: CEREJEIRA, Manuel Gonçalves, bispo — *A Acção Católica - Presença da Igreja (seu significado e razão de ser)*. In *Obras Pastorais*. vol. IV. Lisboa: União Gráfica, 1954, p. 285-292; *A natureza da Acção Católica*. In *Obras Pastorais*. vol. IV. Lisboa: União Gráfica, 1960, p. 289-296; *Acção Católica e Acção Cristã*. In *Ibidem*, p. 327-342.

repetida, retomada e glosada para se auto-limitar o papel da ACP ou de qualquer um dos seus órgãos em iniciativas e debates com incidência política. Aliás, o entendimento do que se entende por *política* e da relação da Igreja com esta, justificou posicionamentos diversos por parte dos principais protagonistas e constituiu um dos elementos de diferenciação no interior do catolicismo português, a nível do pensamento, ao longo das décadas de trinta a setenta <sup>46</sup>.

Por outro lado, não deixa de ser significativo o facto da Acção Católica não figurar no texto da Concordata de 1940, apesar de ter sido objecto de negociações e de se ter chegado a falar na elaboração de um protocolo adicional específico, que nunca chegou a ser estabelecido <sup>47</sup>. Ao não se lhe reconhecer personalidade jurídica própria, a sua existência e actuação ficou condicionada às boas relações entre o Estado e a Igreja <sup>48</sup>. Num Estado por natureza autoritário <sup>49</sup>, este facto foi, em si mesmo, factor de conflito — umas vezes latente, outras expresso — e arma de arremesso nas relações do poder político para com a Igreja católica.

---

<sup>46</sup> Se vários 'casos' pessoais o ilustram, dever-se-ia, com propriedade, falar de correntes de pensamento no interior da Igreja e do catolicismo e sua evolução (V. o debate gerado em torno da publicação de *Um Século de Cultura Católica em Portugal*. Lisboa: Ed. Laykos, 1984; *Artes de ser católico português. Um texto e cinco leituras*. Reflexão Cristã. 1985, 46/47). No entanto, e como esta história se encontra por fazer, registem-se alguns testemunhos disponíveis relativos a alguns acontecimentos e personagens: ALPIARÇA, Manuel — *Os organismos operários da Acção Católica no início dos anos 60*. In Reflexão Cristã. 1987, 53, p. 65-72; BIDARRA, Manuel — *Os católicos e o poder*. A Capital. 29 de Agosto de 1979 e ss.; COSTA, João Bénard da Costa — *Meus tempos, meus modos*. Diário de Notícias. 9 de Novembro de 1983; FREIRE, José Geraldes — *Resistência católica ao salazarismo-marcelismo*. Porto: Telos. 1976; LIMA, A. Carlos — *Caso do bispo da Beira. Documentos introdução e notas*, s.l.: Liv. Civilização Ed., 1990; RODRIGUES, Domingos — *Abel Varzim. Apóstolo português da justiça social. Pelo 25.º aniversário do seu falecimento*. Lisboa: Rei dos Livros, 1990; SOUSA, António Gomes de — *Padre Joaquim Alves Correia, um lutador de Liberdade*. Porto, 1978, 15 p.

<sup>47</sup> Cf. SANTOS, A. — *op. cit.*, p. 13.

<sup>48</sup> Tal facto é tanto mais relevante quanto a assinatura da Concordata de 1940 se verifica depois das graves tensões verificadas em Itália, nomeadamente com a crise de 1931. (Cf. POLLARD, John — *The Vatican and Italian fascism 1929-32*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985).

<sup>49</sup> Seguimos a terminologia hoje consagrada pelos especialistas do assunto: Cf. CRUZ, M. Braga da — *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Ed. Presença, 1988.

Em resumo: também em Portugal e à semelhança do que aconteceu noutros países <sup>50</sup>, a par da Concordata estabelecida entre a Santa Sé e o Estado, a institucionalização da Acção Católica criou um dos instrumentos privilegiados de acção da Igreja contra as tentações totalitárias do Estado moderno, assim como a principal forma de mobilização e organização dos católicos para o projecto de restauração cristã da sociedade portuguesa.

Não cabe aqui fazer o historial deste percurso, mas apenas assinalar o modo como a criação da ACP foi um contributo decisivo na definição e implementação de renovada forma de presença da Igreja na sociedade portuguesa no século XX e, simultaneamente, inserir a sua actuação no desenvolvimento do «movimento católico» contemporâneo. No que a este se refere, interessa sublinhar que as suas raízes se encontram já na primeira metade do século XIX, conduzindo à «militância católica» vigente de então para cá e cujas principais características assim foram recentemente definidas: «a consciência da distinção entre a Igreja e a sociedade e o concomitante apelo à re-evangelização desta; a importância crescente da participação laical nessa tarefa; a autonomização dos objectivos religiosos em relação aos político-partidários.» <sup>51</sup>.

Neste apostolado dois sectores concentraram então a particular atenção da Igreja: o operariado e a juventude, fenómenos sociais resultantes da industrialização moderna. Assim aconteceu também em Portugal, onde se desenvolveram vários esforços e iniciativas, no sentido de implementar novas formas de associativismo para corresponder às necessidades sociais detectadas e às propostas religiosas sugeridas. Entre elas, destacam-se respectivamente os *Círculos Católicos de Operários* <sup>52</sup> e as *Juventudes Católicas*, federadas no seu primeiro Congresso em 1912, a *Juventude Católica Feminina*, criada em 1924

<sup>50</sup> Cf. MINNERATH, Roland — *L'Eglise et les Etats concordataires (1846-1981): La souveraineté spirituelle*. Paris: Cerf, 1983.

<sup>51</sup> CLEMENTE, Manuel José M. N. — *Nas origens do apostolado contemporâneo em Portugal. A Sociedade Católica (1843-1853)*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 1993, p. 19. V. também do mesmo autor: *Laicização da sociedade e afirmação do laicado em Portugal (1820-1840)*. Lusitania Sacra. Lisboa. 1991, 3, p. 111-154.

<sup>52</sup> Cf. POLICARPO, J. de Almeida — *O pensamento social do grupo católico de «A Palavra» (1872-1913)*, 2 volumes. Coimbra, 1977 e Lisboa: INIC, 1992; ID. — *Os Círculos Católicos de Operários. Sentido e fontes de inspiração*. Cultura. História e Filosofia. 1986, 5, p. 365-384.

no âmbito da *Liga de Acção Social Cristã*, ou os *Centros Académicos da Democracia Cristã*, tendo o de Coimbra perdurado até 1971<sup>53</sup>.

É ainda o «papa da Acção Católica» que na carta ao Cardeal Cerejeira se refere de modo particular ao operariado, nos seguintes termos:

«Hoje, então, ela [a Igreja] mostra especialíssimo cuidado pelas multidões de humildes trabalhadores, para que possam não só alcançar e disfrutar os bens que lhes pertencem por direito de justiça, mas ainda, para os arrebatar à enganosa e pestífera influência do comunismo, o qual, ao mesmo tempo que, com diabólica perfídia, se esforça por apagar no mundo a luz da religião que os libertou, expõe a um perigo certo de caírem, um dia, na antiga e vergonhosa escravidão, de que tinham sido libertados com tanto trabalho.»<sup>54</sup>

Assim, quando se lançam as bases da nova organização do apostolado, grande atenção é dada aquelas que são consideradas algumas das «necessidades mais importantes e comuns»: «a assistência aos operários, não só no que se refere aos interesses espirituais (...) mas também da vida presente»; «o ensino da doutrina cristã» às crianças e aos jovens; e «a boa imprensa», «aquela que não só não ataque a religião e os bons costumes, mas a que, como arauto, proclama e ilustra os princípios da fé e as regras da moral»<sup>55</sup>. Por outro lado, fica em aberto a possibilidade da nova instituição agrupar a si organizações já existentes ou, em contrapartida, vir a criá-las, quanto mais não fosse como «obras auxiliares» ou serviços de apoio à ACP. Tudo em nome da necessária «união de forças».

### 3. Modelo e estrutura da ACP

A determinação do modelo de organização da Acção Católica Portuguesa (ACP) é uma das mais importantes e controversas ques-

---

<sup>53</sup> Cf. CRUZ, M. Braga da — *As origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*. Lisboa: Ed. Presença/GIS, 1980 e SEABRA, Jorge; AMARO, António Rafael; NUNES, João Paulo Avelãs — *O CADC de Coimbra, a Democracia Cristã e os inícios do Estado Novo 1905-1934*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1993.

<sup>54</sup> Cf. § 14.

<sup>55</sup> Cf. § 12 e 13.

tões, desde o início e ao longo da sua história. Dela se ocupou o Episcopado português nas reuniões preparatórias do lançamento da nova organização, em Conferência plenária, realizadas em 6 e 7 de Abril de 1932, de 16 a 18 de Fevereiro de 1933 e, finalmente, em Novembro de 1933, quando resolveu aprovar apenas as *Bases da ACP*, deixando para mais tarde a definição dos Estatutos.

Dois princípios nortearam a estruturação que progressivamente foi dando corpo à nova organização: *unidade e especialização*. As *Bases* de 1933, definem-nos do seguinte modo:

«A ACP tem como princípio de organização os seguintes postulados:

a) Coordenação e cooperação de todas as associações e obras católicas num plano *nacional único*, em ordem à efectivação da união católica para a restauração cristã da sociedade

b) especialização das organizações essenciais da A.C.P. segundo o sexo, a idade e a profissão.»<sup>56</sup>

«A união das organizações do laicado católico português» — objectivo expresso logo na primeira base da organização, não deixava de colocar dificuldades no relacionamento com formas de associativismo específicas e já com tradição arraigada. Assim: umas perderiam a sua autonomia para se incorporarem na nova instituição, como aconteceu com os grupos e associações da Federação das Juventudes Católicas Portuguesas (existente desde 1913) e a Juventude Católica Feminina (fundada em 1924); outras, mantendo embora nome e estrutura própria, viriam a ocupar um lugar no interior da orgânica da Acção Católica, como aconteceu com o CADC de Coimbra e a Associação dos Estudantes Católicos do Porto que foram, naqueles centros universitários, o correspondente da Juventude Universitária Católica (JUC) a nível nacional; e, finalmente, alguns ainda manteriam a sua organização própria, como aconteceu com o Apostolado da Oração, as Conferências de S. Vicente de Paulo ou o Corpo Nacional de Escutas (fundado em 1923), passando quase todas a ser consideradas «obras auxiliares» da ACP. A primeira a ser reconhecida como tal foi a Pia União dos Cruzados de Fátima.

---

<sup>56</sup> Cf. *Bases da ACP*, 1934. § B (In *Boletim da Acção Católica Portuguesa*. 1934, I (1), p. 12).

Foi assim que, em 1944, se publicou o diploma que criava o Secretariado das Obras Auxiliares da Acção Católica para «promover a [sua] adesão à AC», «coordenar a sua actividade com a da AC», «delimitar os respectivos campos e programas de acção para evitar conflitos, duplicações e concorrências» e, finalmente, para «regular o uso de sinais exteriores»<sup>57</sup>. Mas, apesar destes esforços, as tensões suscitadas pela vontade de unidade, sobretudo quando confundida com uniformização e espírito de centralização, não deixaram de constituir um dos pólos de conflito no interior da ACP e da Igreja portuguesa.

No que se refere à especialização, esta fez-se segundo o sexo, a idade e a profissão, através da criação de quatro grandes «organizações» e de múltiplos «organismos especializados» da ACP. A *Liga dos Homens da Acção Católica* (LHAC), a *Liga das Mulheres da Acção Católica* (LMACF), a *Juventude Católica* (JC) e a *Juventude Católica Feminina* (JCF), foram as quatro organizações criadas. Cada uma tinha «Direcção Nacional» própria, embora todas fossem hierarquicamente dependentes da «Junta Central» da Acção Católica, órgão directivo superior. Só no interior de cada organização se criaram *organismos especializados*, de acordo com a definição de cinco sectores sociais — *agrário, escolar, independente, operário e universitário* —, utilizando-se a totalidade das cinco vogais do abecedário para a criação de siglas próprias: JAC (*Juventude Agrária Católica*), JACF (*Juventude Agrária Católica Feminina*), LAC (*Liga Agrária Católica*), LACF (*Liga Agrícola Católica Feminina*) e assim sucessivamente. Cada organismo dispunha de uma «Direcção Geral», que se encontrava hierarquicamente subordinada à respectiva organização federativa.

Assim sendo, a ACP incluía organicamente vinte estruturas autónomas de âmbito nacional, além de outros serviços e organizações a ela associados. Esta estrutura repetia-se escalonadamente a nível diocesano e paroquial ou nível afim, como as escolas e as universidades, no caso dos *organismos escolares e universitários*. A nível local, cada direcção de *secção* e *organismo* encontrava-se subordinada à direcção da *organização* respectiva (paroquial e diocesana) que, por sua vez, integrava o respectivo órgão central de direcção, a «Junta paroquial» e a «Junta diocesana» da Acção Católica, a par da continuada

---

<sup>57</sup> Nota assinada pelo Presidente da Junta Central da ACP, cit. por SANTOS, A. — *op. cit.*, p. 14.

relação funcional com a estrutura própria de cada *organismo*. Ou seja, cada secção local ou paroquial dependia hierarquicamente da estrutura directiva da Acção Católica ao nível respectivo e articulava-se funcionalmente com a estrutura do *organismo* que integrava <sup>58</sup>.

Este modelo, federativo e centralizador, resulta da combinação de duas tradições: a Acção Católica geral, de origem italiana; e a ideia de apostolado especializado, que teve a sua génese com a JOC de Cardjin na Bélgica, segundo o princípio inicial de que «os primeiros apóstolos dos operários são os operários». Trata-se de um modelo misto que visava integrar a totalidade das iniciativas e organizações do laicado católico português e garantir uma acção eficaz nos diversos grupos e meios sociais. «*Cor unum et anima una*» é o lema da ACP, que bem traduz a sua preocupação unitária.

Em Portugal a ideia da especialização foi defendida nomeadamente pelos Padres Abel Varzim e Manuel Rocha, formados na escola sociológica de Lovaina <sup>59</sup>. Subjacente a esta proposta encontra-se a noção de *meio* social, entendido não apenas como condicionante do apostolado pessoal, mas como realidade caracterizada por estruturas próprias que deveriam ser também objecto de cristianização.

Se do ponto de vista conceptual este modelo surge como idealmente correcto, já ao nível da sua aplicação os seus dirigentes depararam com várias dificuldades e obstáculos <sup>60</sup>. A par da relação com as

---

<sup>58</sup> Para uma melhor compreensão da estrutura da ACP, apresenta-se o seu organigrama, tal qual se encontra reproduzido numa edição das Bases Orgânicas da ACP de 1950: LIGA CATÓLICA — *Acção Católica Portuguesa*, Lisboa: Oficinas Gráficas da «Rádio Renascença», 1950.

<sup>59</sup> Cf: SANTOS, A. — *op. cit.*, p. 23; e RODRIGUES, D. — *op. cit.*, p. 138-145, que refere forte polémica que agita os serviços centrais da ACP no ano de 1941.

Leia-se ainda o relato que é feito, em 1935, pelo Assistente Geral da JOC portuguesa, presente numa Semana de Estudos Internacional: «(...) 2. DIFICULTÉS DUES A LA TRADITION: on ne comprend pas bien la SPECIALISATION. Il y a quelques années, il n'existait pas au Portugal que des oeuvres groupant des jeunes de tous les milieux; ce qui importe surtout, c'est de former des jeunes militantes de la classe ouvrière. (...)» (In *Compte-rendu de la Semaine d'Etudes Internationale de la Jeunesse Ouvrière Chrétienne*. Bruxelles: 1935, p. 368).

<sup>60</sup> A literatura da *Acção Católica Portuguesa* apresenta diversos exemplos dessas dificuldades e obstáculos ao longo do tempo. Relativamente à situação durante o primeiro decénio, leia-se o diagnóstico do Secretário-Geral da ACP: GONÇALVES, Avelino — *Dez anos de Acção Católica*. Lisboa: 1945, p. 49-53. Para o segundo decénio, cf. DUARTE, Arnaldo — *Posição actual da Acção Católica*

organizações pré-existentes à institucionalização da ACP, outras questões se encontram no seu percurso: em primeiro lugar, as tensões resultantes do difícil equilíbrio entre a autonomia de cada organismo especializado e a procura da unidade de iniciativa e acção; em segundo lugar, a articulação entre os vários níveis organizativos de uma estrutura que, sendo nacional, deve enraizar na dinâmica diocesana da Igreja; e por último, a progressiva contestação do princípio de subordinação do laicado católico às directrizes da hierarquia, sobretudo à medida que a própria Acção Católica vai fomentando o protagonismo dos seus militantes e formando cristãos adultos na vida e na fé.

A subordinação da direcção e orientação da ACP às directrizes do Episcopado português era garantida através de um triplo mecanismo: intervenção na eleição dos principais responsáveis leigos, através da sua nomeação ou homologação; nomeação de um Assistente eclesiástico para acompanhar e supervisionar cada órgão de direcção; e presença directa de alguns prelados no desempenho de cargos de direcção. É assim que, desde 1933 e até 1971, o Director Nacional da ACP seria, por indicação do Episcopado, o Cardeal-Patriarca de Lisboa. Também o cargo de Presidente da Junta Central era assegurado por um bispo: D. Ernesto Sena de Oliveira (de 1933 a 1941); D. Manuel Trindade Salgueiro (de 1941 a 1955) e D. José Pedro da Silva (a partir de 1956). Até 1966, o cargo de Secretário-Geral foi desempenhado por um membro da hierarquia, no caso um presbítero: Cón. Dr. Avelino de Jesus Gonçalves (de 1934 a 1947); Pe. Domingos d'Apresentação Fernandes (de 1948 a 1953); Pe. Sezinando de Oliveira Rosa (de 1954 a 1965). O Eng. Sidónio de Freitas Branco Pais é o primeiro leigo a ocupar o lugar de Secretário-Geral, passando a Junta Central a ser integralmente constituída por leigos e apenas a ser directamente acompanhado por um Assistente Geral, no caso, o Pe. Dr. Orlando Leitão.

---

*Portuguesa*. Lisboa: Ed. A.C.P., s.d., p. 29-40. Nas celebrações do XXV aniversário da ACP, também se encontram ecos dessas dificuldades: v.g. LEITÃO, Orlando Andrade Martins — *Acção Católica e Coordenação dos Movimentos Católicos*. «Novellae Olivarum». Número especial, 1959, 16 (163), p. 233-238; GOMES, Joaquim Ferreira — *Nos vinte e cinco anos da Acção Católica Portuguesa*. Separata de *Estudos*, 36 (8). Coimbra: 1958. Em 1965 encontram-se novas referências às dificuldades de funcionamento e concretização do modelo da ACP expressas na reunião de Assistentes eclesiásticos: V. APOSTOLADO dos leigos e acção católica. Lisboa: Logos, 1965.

A escolha dos responsáveis leigos era assegurada segundo um de dois processos: nomeação directa, no caso dos responsáveis máximos dos restantes órgãos directivos — regra geral, Presidentes nacionais, gerais, diocesanos, paroquiais e de secção; e homologação das escolhas feitas para os outros cargos — Secretários, Tesoureiros e Vogais.

Por outro lado, o Assistente eclesiástico, figura jurídica presente em todos os níveis da estrutura organizativa, desempenhava um papel de grande relevo na vida da organização. Por inerência da função e segundo a concepção eclesiológica dominante até ao Concílio Vaticano II, ele era o elo de ligação permanente com o Episcopado e o garante da eclesialidade em cada *secção*, *sector*, *organismo* ou *organização* em que se insere. O Estatuto das Organizações e dos Organismos Especializados de 1945 define assim a sua missão:

«Art. 96º - O Assistente Eclesiástico é o Delegado da Hierarquia que, junto da Acção Católica, terá por missão:

- a) manter e defender a integridade da fé, da moral e da disciplina da Igreja;
- b) formar, assistir e animar os associados da mesma Acção Católica em ordem ao seu apostolado»<sup>61</sup>.

No enquadramento dos seus membros leigos, a estruturação da Acção Católica assentava em diversos níveis de pertença, segundo o grau de comprometimento com os objectivos da organização e o reconhecimento social da conformidade do comportamento individual com definidos critérios de vida cristã: *aspirantes*, *effectivos*, *militantes* e, finalmente, os *dirigentes*. No trabalho com o conjunto dos seus membros, a ACP utilizou variadíssimos meios em ordem à formação de *élites* e à acção de *massas*: reuniões de grupo, conferências, cursos, palestras, inquéritos, campanhas de ano, peregrinações, retiros, publicações (boletins, jornais e revistas), festas, congressos, etc. A metodologia dos «inquéritos» e da «revisão de vida» — com a sua célebre trilogia do *ver*, *julgar* e *agir* — foi inicialmente utilizada apenas por alguns *organismos*, nomeadamente operários, mas generalizou-se progressivamente ao conjunto da organização, facilitando o contacto e intervenção directa na realidade quotidiana<sup>62</sup>.

<sup>61</sup> Cf. *GUIA da Acção Católica Portuguesa*, vol. I, Lisboa: 1954, p. 50.

<sup>62</sup> Entre a diversificada produção bibliográfica que aborda o tema da metodologia, cite-se sobre a importância da «opinião pública» para o apostolado:

Mas, a par da orgânica, da estrutura e dos meios utilizados, a capacidade de mobilização e enquadramento da Acção Católica não se explica sem uma *mística* própria. Os emblemas e cartões de identidade dos membros, os estandartes e bandeiras das *secções* e dioceses, as canções e hinos de cada um dos *organismos*, as quotas e as circulares, as festas segundo o calendário litúrgico ou características específicas, os tempos de oração e as celebrações eucarísticas próprias, as peregrinações e sucessivas comemorações, assim como o «Dia da Acção Católica», celebrado anualmente na festividade de Cristo-Rei — são tudo formas de apelar a um ideal, de aprofundar o sentido de pertença, de reforçar o sentimento de corpo e de exprimir um espírito de comunhão entre os membros da *Acção Católica Portuguesa*.

O corpo jurídico era originariamente vasto e diversificado: para além das Bases Gerais da ACP, cada Organização e Organismo tinha o seu Estatuto próprio<sup>63</sup>. Em 1945, verificou-se um processo de harmonização no quadro jurídico da ACP: as Bases Orgânicas permane-

---

MORLION, Félix — *Metodologia da acção católica*. Separata da Lumen. Lisboa: União Gráfica, 1941. Sobre a imprensa da ACP: FALCÃO, Manuel — *Visão crítica da imprensa da Acção Católica Portuguesa*. Acção Católica Portuguesa. Boletim Oficial, 1954, 240-241, p. 53-56; SILVA, Júlio Rodrigues da — *A «Acção Médica»: ideário e medicina num órgão da Acção Católica Portuguesa (1934-1939)*. Lusíada, 1989, 2, p. 265-285. A temática da «revisão de vida» exigiria, em si mesma, um estudo aprofundado numa perspectiva histórico-teológica; para o contexto conciliar, v.g. a tradução da obra suíça: MARÉCHAL, Albert — *A revisão de vida*. Lisboa: Logos, 1965.

<sup>63</sup> A sua aprovação data de 1934 a 1937, de que se passa a indicar aqueles de que temos conhecimento. Em 1934: *Estatuto da Juventude Católica Feminina* (JCF) e da então designada Liga da Acção Católica Feminina (LACF), consagrando-se assim nova terminologia relativamente às *Bases da ACP*, também de 1934. Em 1935, aprovação dos *Estatutos* de todos os organismos da Juventude Católica (JC): Juventude Agrária Católica; Juventude Escolar Católica; Juventude Independente Católica; Juventude Operária Católica e Juventude Universitária Católica. Em 1935 e 1936 são aprovados ainda os *Estatutos* dos diversos *organismos* da Liga dos Homens de Acção Católica (LHAC), que dispunham de *Bases Orgânicas* próprias (não datadas): Liga Agrária Católica (1935); Liga Escolar Católica (1936); Liga Independente Católica (1936); Liga Operária Católica (1935). Da Liga Universitária Católica não temos referências. Finalmente nesse mesmo período, cada *organismo* da LACF vê também aprovado o seu *Estatuto*: Liga Agrícola Católica Feminina (1936); Liga Escolar Católica Feminina (1935); Liga Operária Católica Feminina (1936). Da Liga Universitária Católica Feminina também não temos referência. Em 1937, a já citada LACF — Liga de Acção Católica Feminina, vê ainda aprovado o seu próprio *Regulamento de quotas*.

cem substancialmente idênticas, tendo-se uniformizado algumas designações <sup>64</sup>; aprova-se um novo e único Estatuto das Organizações e dos Organismos Especializados, resumindo-se as disposições estatutárias até então dispersas por numerosos diplomas; e define-se um Regulamento Geral para toda a organização. Neste processo clarificou-se o lugar dos Secretariados especializados, com a função de dirigir ou coordenar as Obras Auxiliares da ACP: Secretariado Económico-Social; Secretariado de Cultura, Propaganda e Imprensa; Secretariado do Cinema e da Rádio; Secretariado de Coordenação das Obras Auxiliares. Em 1953, verificou-se novo processo de revisão das Bases Gerais que procurou ir ao encontro do dinamismo da Acção Católica.

Só um estudo jurídico apurado permitirá detectar as oscilações e progressivas mudanças nos mecanismos jurídicos da ACP. Há, no entanto, algumas linhas de força que só o Concílio Vaticano II viria alterar de modo mais profundo. Efectivamente, foi preciso esperar pela dinâmica conciliar para se «estudar a oportunidade e os processos de actualização da Acção Católica Portuguesa, com a consequente revisão das Bases, Estatutos e Regulamentos, em ordem a uma eficiência maior desse providencial Movimento apostólico» — segundo os termos do Director Nacional da ACP, Cardeal-Patriarca de Lisboa <sup>65</sup>. Foi um longo e profundo processo de adaptação às directrizes do Vaticano II e à nova dimensão do apostolado laical, decorrido entre 1965 e 1971, que culminou com a aprovação de um texto de Princípios Básicos, mas deixando em aberto o processo de elaboração de um Estatuto orgânico e novos Regulamentos que nunca chegaram a ser elaborados.

A *renovação da Acção Católica Portuguesa* era o objectivo expresso pelo Episcopado português na Carta pastoral que acompanhou a publicação do novo texto jurídico. Os bispos marcaram então um período de 5 anos para que a Acção Católica se reorganizasse e re-

---

<sup>64</sup> A uniformização fez-se sobretudo ao nível da designação dos diversos órgãos, tal qual ficou atrás descrito. As *organizações* de adultos veem o seu nome alterado: a Liga de Acção Católica Feminina passa a designar-se por Liga Católica Feminina (L.C.F.); e a Liga dos Homens da Acção Católica passa a designar-se muito simplesmente por Liga Católica (L.C.). É, no entanto, possível encontrar as designações anteriores referidas em publicações posteriores a esta data.

<sup>65</sup> Cf. *A renovação da Acção Católica Portuguesa. Carta Pastoral do Episcopado da Metrópole e Princípios Básicos*, s. 1. : Ed. Logos, s. d., p. 3.

vitalizasse, devendo a Comissão Episcopal para o Apostolado dos Leigos acompanhar este processo. Era o início do fim. A procura de equilíbrio entre «a indispensável unidade da ACP e a legítima autonomia dos Movimentos apostólicos que a integram»<sup>66</sup> dificilmente seria conseguida no novo quadro eclesial e social.

Assim se compreende que a 22 de Novembro de 1974 a Equipa Executiva da ACP tenha apresentado «o pedido de suspensão das suas funções, deixando aos movimentos a iniciativa de se coordenarem, caso eles sintam necessidade disso, em ordem a uma revisão de vida que enfrente os reais problemas globais da sociedade portuguesa» — nos termos da carta endereçada ao Presidente da Conferência Episcopal<sup>67</sup>. A terminologia usada evidencia uma evolução que se verificou marcadamente desde a década de cinquenta: a transformação dos *organismos* especializados da ACP em *movimentos* eclesiais autónomos<sup>68</sup>. Para tal contribuiu a aproximação e posterior fusão entre os *organismos* masculinos e femininos congéneres, mobilizados por crescentes preocupações sociais, particularmente nos sectores operário e universitário.

#### 4. Dinâmica da Acção Católica Portuguesa

A dinâmica da *Acção Católica Portuguesa* não se confunde com a evolução da sua estrutura, por mais determinante que tenha sido o seu papel. É na articulação da Igreja com a sociedade portuguesa e na evolução do catolicismo que se encontram os principais critérios que determinaram um percurso e permitem avaliar o seu impacto. Na impossibilidade de analisarmos a sucessão de conjunturas histó-

---

<sup>66</sup> *Ibidem*, p. 5

<sup>67</sup> Carta da Equipa Nacional Executiva da Acção Católica Portuguesa ao Presidente da Conferência Episcopal, datada de Lisboa, 22 de Novembro de 1974, Ref.º 49/74 (Arquivo da Junta Central da ACP, *Pasta 1973/74 - Arquivo Geral*).

<sup>68</sup> Esta questão exigiria maior desenvolvimento, que não é compatível com a economia deste trabalho. Existe vasta bibliografia relativa ao estudo do associativismo religioso a nível internacional, de que se podem registar alguns exemplos: CHOLVY, Gérard — *Mouvements de jeunesse chrétiens et juifs: Sociabilité juvénile dans un cadre européen 1799-1968*. Paris: Cerf, 1985; FAVALE, Agostini (A cura di) — *Movimenti ecclesiali contemporanei: Dimensioni storiche teologico-spirituali ed apostoliche*. Roma: CAS, 1982 (2.ª ed. rev. e aumentada).

ricas, consideremos, a título de hipótese, algumas das principais dinâmicas <sup>69</sup>.

No quadro do catolicismo social, a ACP desenvolveu um conjunto de iniciativas com grande impacto: as Semanas Sociais no decénio de quarenta; os Congressos que se lhe seguiram até meados da década de cinquenta; e as Semanas de Estudo sobre domínios bem concretos da realidade portuguesa. A sequência destas formas organizativas seria, só por si, um estudo revelador do desenvolvimento do seu projecto, tanto a nível do tipo de sociabilidade que potenciou, quanto da intencionalidade e capacidade de promover iniciativas com maior ou menor incidência no tecido social.

As Semanas Sociais — uma ideia que noutros países europeus remonta ao século XIX — foram apresentadas ao país como uma espécie de ‘Universidade ambulante’, a primeira Universidade católica aberta a toda a gente. Tinham por objectivo formar «um escol de católicos, preparando-os para bem orientarem e cumprirem o seu dever nos postos que na vida civil ocupam, e afirmam perante as demais correntes de pensamento e opinião as ideias e soluções práticas preconizadas e defendidas pelos católicos» <sup>70</sup>. Foram quatro as Semanas Sociais realizadas em Portugal: o primeiro curso realizou-se em Lisboa, em 1940, subordinado ao tema *Aspectos fundamentais da Doutrina Social Cristã*; o segundo curso, realizado em Coimbra, em 1943 — num momento em que o domínio de Hitler sobre a Europa provocara não só a urgência de reflexão sobre os projectos de sociedade, mas se definiam já os fundamentos da ordem mundial do pós-guerra — teve por tema *Bases Cristãs duma Ordem Nova*; o terceiro curso realizou-se no Porto, já em 1949, sobre o tema *O problema do trabalho*; finalmente, em 1952 e em Braga, realizou-se o quarto e último curso, subordinado ao tema *O problema da educação* <sup>71</sup>.

---

<sup>69</sup> A partir da grande diversidade de informações e fontes históricas disponíveis, apenas se referem as mais relevantes. Para uma informação geral sobre as principais iniciativas católicas realizadas ao longo do século XX: GOMES, J. Pinharanda — *Os congressos católicos em Portugal*. Lisboa: SNAL - Secretariado Nacional para o Apostolado dos Leigos, 1984.

<sup>70</sup> Cf. *ACÇÃO Católica Portuguesa*. Boletim Oficial, 1954 (240-241), p. 38-39.

<sup>71</sup> Cf.: SEMANAS Sociais Portuguesas — *Aspectos fundamentais da doutrina social cristã*. Lisboa: ed. ACP, 1941; ID. — *Bases cristãs duma ordem nova*. Coimbra: Casa do Castelo Ed., 1943; ID. — *O problema do trabalho*, Lisboa, Tip. «União

Os Congressos prolongaram a dinâmica da ACP noutros moldes e contribuíram para o aprofundamento da reflexão dos católicos sobre a realidade portuguesa, dentro da mesma matriz de pensamento social. A sua realização foi de tal modo marcante que os protagonistas da época se referem a este período como o dos «grandes Congressos». Organizados a partir de sectores especializados da sociedade, a sua preparação e realização gerou um novo dinamismo no interior da Igreja, suscitando maior atenção à situação concreta da sociedade portuguesa, promovendo o protagonismo de leigos e desencadeando iniciativas que provocaram fortes reacções a nível sócio-político, ao ponto dos congressos não terem continuidade depois de meados da década de cinquenta.

O I Congresso Nacional dos Professores Primários Católicos, realizado em Fátima, de 31 de Julho a 3 de Agosto de 1948, foi o primeiro desta fase da ACP<sup>72</sup>. No Ano Santo de 1950 seguiram-se-lhe dois outros: o I Congresso Nacional da Juventude Independente Católica, realizado de 3 a 7 de Maio, em Lisboa, subordinado ao tema «Um Mundo Novo»<sup>73</sup>; e o I Congresso dos Homens Católicos, realizado de 7 a 10 de Dezembro, em Fátima, que reuniu 5 500 participantes sob o lema «Firmeza na Fé. Energia na Acção»<sup>74</sup>. Neste mesmo ano é ainda de registar a participação de várias dezenas de jovens portugueses em iniciativas de âmbito internacional, nomeadamente o Congresso Jubilar da JOC, realizado em Setembro, na Bélgica. Em Portugal, o mesmo acontecimento é celebrado coma a realização de uma concentração nacional em Fátima, que reuniu 5 000 jovens trabalhadores.

Em 1953 é a vez da Juventude Universitária Católica (JUC) e a sua congénere feminina (JUCF) realizarem o seu I Congresso nacional. Entre 15 e 19 de Abril, o Congresso reuniu, em Lisboa, 2 000 participantes dos três centros universitários do país, para reflectirem sobre o tema «O Pensamento Católico e a Universidade», em plena

---

Gráfica», 1950; ID. — *O problema da educação*. Lisboa: Tip. da «União Gráfica», 1953.

<sup>72</sup> Cf. I CONGRESSO NACIONAL DA JUVENTUDE INDEPENDENTE CATÓLICA FEMININA — *Um mundo novo*. Ed. da JICF, 1950.

<sup>73</sup> MEMÓRIAS DO I CONGRESSO DOS PROFESSORES PRIMÁRIOS CATÓLICOS. Lisboa: Of. Gráficas da Rádio Renascença, 1950.

<sup>74</sup> ACÇÃO CATÓLICA PORTUGUESA. Liga Católica — *Actas do I Congresso Nacional dos Homens Católicos: Realizado em Lisboa, de 7 a 10 de Dezembro de 1950*. Lisboa: Of. Gráficas Casa Portuguesa.

sintonia com a dinâmica internacional da Pax Romana <sup>75</sup>. Sob a presidência de Adérito Sedas Nunes e Maria de Lourdes Pintassilgo, a sua realização foi expressão de uma nova geração de católicos sociais, que então emerge <sup>76</sup>.

Por último, em 1955, reuniu-se o I Congresso da Juventude Operária Católica, uma iniciativa da JOC e JOCF, para celebrarem o XXº aniversário da sua fundação em Portugal. O evento decorreu em Lisboa, no Instituto Superior Técnico, onde de 12 a 16 de Abril se realizou uma Semana de Estudos com a participação de 1 000 jocistas, representando todas as dioceses da metrópole e das províncias ultramarinas, paralelamente à realização de uma Semana de Estudos para Assistentes eclesiais, que se realizou no Seminário dos Olivais. A iniciativa terminou com uma concentração de 40 000 jovens em Fátima. De realçar o facto do Congresso ter tido a participação de Mons. Cardijn, fundador e Assistente Geral da JOC Internacional <sup>77</sup>. A vontade da JOC-JOCF assumir as suas responsabilidades sociais a nível da educação e «desproletarização» da juventude trabalhadora, bem assim como o seu entendimento em afirmar-se como «corpo representativo» dos jovens trabalhadores levantou-lhe várias dificuldades. A Censura proibiu um Jogo Cénico, que deveria realizar-se no Pavilhão dos Desportos, e as Conclusões do Congresso não chegaram a ser publicadas <sup>78</sup>.

A realização dos sucessivos Congressos provocou fortes tensões entre a Igreja e o Estado: o II Congresso dos Homens Católicos, previsto para 1954, nunca chegou a realizar-se; alguns dos votos e conclusões do Congresso jocista suscitaram desconfianças e for-

---

<sup>75</sup> I CONGRESSO NACIONAL DA JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA — *O pensamento católico e a universidade*, 2 vols. Lisboa: Ed. das Dir. Gerais da JUC e JUCF, 1953 e 1954.

<sup>76</sup> Cf. FONTES, Paulo — *As organizações estudantis católicas e a crise académica de 1956-1957*. In CONGRESSO HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE 7.º CENTENÁRIO — *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas: Actas 5*. Coimbra, 1991, p. 457-480.

<sup>77</sup> I CONGRESSO NACIONAL JOCISTA — *Manual do Congressista*. Lisboa: 1955; ID. — *Peregrinação nacional da juventude trabalhadora a Fátima*. Lisboa: JOC-JOCF, 1955; *I CONGRESSO NACIONAL DA JOC/JOCF. Lisboa-Fátima. 12/17 de Abril 1955*. [Album fotográfico] Lisboa: Ed. das Dir. Gerais da JOC/JOCF. s. d.

<sup>78</sup> Cf. RODRIGUES, Narciso — *A JOC na década de 50*. Reflexão Cristã, 1987, 53, p. 51-64.

neceram novo quadro de referência para a renovação da acção dos jovens universitários; e, a culminar, os incidentes gerados em torno do Congresso jocista obrigaram a uma intervenção directa do Cardeal Cerejeira, que no seu discurso na sessão de encerramento afirmava com veemência: «tocar em vós é feri-la [à Igreja] naquilo que ela tem de mais íntimo, no que ela tem de mais glorioso»<sup>79</sup>. Subjacente a estas tensões encontra-se não só a afirmação da autonomia de organização dos católicos, mas a questão da legitimidade da sua acção e delimitação da sua esfera de intervenção na sociedade portuguesa: onde acaba o sócio-religioso e começa o sócio-político? No interior da «Situação» portuguesa surgia o fantasma da Democracia cristã.

Na impossibilidade dos Congressos prosseguirem, surgiram então com grande vigor outras formas de organização e intervenção da Igreja tais como Jornadas, Encontros e Semanas de Estudo, promovidas pela *Acção Católica Portuguesa*: são as I e II Jornadas Católicas de Direito, promovidas pela JUC, em 1956 e 1957; são os Cursos de Deontologia Agronómica, em 1954, de Deontologia Ultramarina, em 1957, 1958, 1959 e 1960, organizados por secções locais da JUC; os Cursos de Sociologia Rural, o Iº realizado em 1954<sup>80</sup> e o IIº em 1959, por iniciativa das secções da JUC de Agronomia; é o Ciclo de Estudos Missionários e Ultramarinos, organizado pelo CADC de Coimbra em 1959, ou a Semana de Estudos Missionários ou de Formação Missionária, segundo terminologia diversa, realizadas regularmente no âmbito da ACP, desde 1959; são os Encontros Católicos de Estudos Cinematográficos, realizados anualmente desde 1955 e que progressivamente ganhariam autonomia; são as Semanas de Estudos Rurais, a Iª realizada em 1957 e a IIª em 1962<sup>81</sup>; é a Iª Semana de Pastoral Operária, realizada em Fátima, pelo conjunto dos *organismos operários* da ACP, em 1960; é a Semana Nacional de Estudos dos Escolares Católicos, organizada pela LEC e LECF em Fátima, em 1961; é a Semana Nacional de Estudos dos Organismos Independentes da Acção Católica, realizada também em Fátima, em 1962<sup>82</sup>; são

<sup>79</sup> Cf. SANTOS, A. — *op. cit.*, p. 18.

<sup>80</sup> JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA — *I Curso de Sociologia Rural: Instituto Superior de Agronomia. 6, 8, 13, 16 de Março*. Lisboa: 1956.

<sup>81</sup> *ALGUNS problemas do meio rural*. Gouveia: Gráfica de Gouveia, s. d.

<sup>82</sup> *SEMANA Nacional de Estudos dos Organismos da A.C. do Meio Independente. Fátima. de 25 a 29 de Abril de 1962*. s. l. : Logos, 1962.

as Semanas de Estudo da ACP e dos Assistentes Eclesiásticos da ACP, que se sucedem a partir das celebrações do XXVº aniversário, em 1959<sup>83</sup>; são o Iº e IIº Encontro de Diplomados Católicos, organizado pela LUC e pela LUCF de Lisboa, em 1961 e 1963<sup>84</sup>; é o Iº Encontro Nacional sobre Problemas da Adolescência, em 1962; são o Iº e IIº Simpósio Nacional da União Católica dos Industriais e Dirigentes do Trabalho, realizados em 1962 e 1963; e, finalmente, o acolhimento em Portugal de variados Congressos católicos de âmbito internacional.

Com efeito, a crescente dinâmica internacional do catolicismo teve, de um modo geral, grande impacto na evolução da Acção Católica e da Igreja em Portugal. Esse impacto não é difícil de compreender no quadro da situação periférica da cultura e do catolicismo português. Ele foi tanto maior quanto se ia verificando um desfazamento entre a modernização progressiva da sociedade e o arcaísmo do sistema político português, gerando-se assim tensões que só de modo conflitual puderam ser enfrentadas. Pense-se no tão famoso «caso do bispo do Porto»: mais do que um caso, ele foi expressão de uma corrente de pensamento e acção no interior da Igreja em Portugal.

O impacto desta dinâmica internacional da Igreja pode sumariamente ser caracterizada, segundo três linhas de força<sup>85</sup>:

— a multiplicação de encontros, congressos e peregrinações de âmbito internacional (europeu e mundial) veio facilitar a criação de uma rede de contactos pessoais entre dirigentes e assistentes, assim como a criação de uma dinâmica institucional supra-nacional que influenciou decisivamente a evolução das *organizações* e *organismos* da *Acção Católica Portuguesa*, particularmente nos sectores juvenis e nos meios operário e universitário;

— a realização dos Congressos Mundiais para o Apostolado dos Leigos (em 1951, 1957 e 1967) ofereceu aos sectores mais dinâmicos da Igreja em Portugal a oportunidade de um contacto directo com

---

<sup>83</sup> A primeira semana data exactamente do ano das celebrações. V. ACÇÃO CATÓLICA PORTUGUESA — *Problemas de Espiritualidade*. Lisboa: Ed. Logos, 1960.

<sup>84</sup> AAVVs. — *Perspectivas cristãs do desenvolvimento económico*. Lisboa: Dir. Gerais da LUC e LUCF, 1963.

<sup>85</sup> O impacto da dinâmica internacional da Igreja constitui um dos eixos de investigação sobre o qual continuamos a trabalhar. O que aqui se apresenta são conclusões provisórias, a exigir maior desenvolvimento.

outras experiências de Igreja e com algumas das expressões mais fecundas do pensamento teológico contemporâneo, proporcionando novos referenciais para a compreensão e avaliação crítica da realidade portuguesa;

— a dimensão de catolicidade da Igreja, reflectida e vivenciada pelas elites católicas — através da leitura de livros e revistas, dos contactos protagonizados pelas grandes congregações religiosas, da dinâmica das Organizações Internacionais Católicas, do acolhimento das reflexões e propostas feitas pelos sucessivos Papas, entre outras — contribuíram para uma abertura da *Acção Católica Portuguesa* aos grandes dinamismos da Igreja universal, como aconteceu na problemática missionária <sup>86</sup>.

Entre as múltiplas iniciativas que urge inventariar e estudar, registe-se a influência que, desde o início, Cardijn e a JOC belga e internacional tiveram na ideia de *especialização* segundo o meio social, tal qual foi consignado pelo modelo organizativo e pela história da ACP. Inversamente, analise-se o papel que alguns movimentos e católicos portugueses foram chamados a desempenhar na referida dinâmica internacional, como, por exemplo, a presença da JUCF portuguesa na Pax Romana, de que Maria de Lourdes Pintasilgo foi Presidente Internacional, entre 1956 e 1958 <sup>87</sup>. Refira-se também a realização de alguns eventos internacionais que tiveram por palco Portugal, em particular Lisboa e Fátima: o VII Congresso Internacional dos Médicos Católicos, em 1947 <sup>88</sup>; reunião do Conselho Geral da *Union Mondiale des Oeuvres Féminines Catholiques*, em 1954; o VII Congresso Internacional do *Bureau International Catholique de L'Enfance*, em 1959; o Congresso Internacional das Associações Patronais Católicas, em 1960; a Assembleia mundial do Movimento Internacional de Estudantes Católicos — *Pax Romana*, em 1960; a XVIII Conferência Internacional de Escutismo, em 1961; ou ainda, o VII Congresso Internacional de Farmacêuticos Católicos, em 1963.

---

<sup>86</sup> Cf. FONTES, Paulo — *A Acção Católica Portuguesa e a problemática missionária ...*

<sup>87</sup> Cf. UND, Von Urs Altermatt; SUGRANYES DE FRANCE, Raymond — *Pax Romana. 1921-1981. Fondation et développement*. Fribourg: Ed. Universitaires, 1981.

<sup>88</sup> *ACTAS DO III CONGRESSO INTERNACIONAL DOS MÉDICOS CATÓLICOS EM LISBOA (PORTUGAL)*. Acção Médica. 1947, 12 (45 a 48).

A nível dos membros da ACP, verifica-se um crescendo contínuo até 1956. Os dados disponíveis revelam que entre 1940 e 1956, o número de associados duplicou, ultrapassando a centena de milhar <sup>89</sup>. Em 1959, data das celebrações do XXV aniversário, verifica-se já uma ligeira quebra dos seus efectivos, contando 94 885 associados. Por outro lado, a observação dos números disponíveis revela também duas constantes significativas: a maioria dos associados da ACP são do sexo feminino — constante afinal do catolicismo português contemporâneo, quando se trata de avaliar o envolvimento pessoal dos católicos na vida da Igreja; em segundo lugar, as *organizações juvenis* são aquelas que contam maior número de associados, para o período referido. A análise da evolução da curva dos associados, da sua distribuição pelas várias dioceses do país, assim como dos indicadores de adesão por grupos (segundo os critérios etários, de sexo e profissão) necessita ser realizada de modo sistemático.

No entanto, a par dos números, há que referir uma mudança qualitativa na definição de pertença à Igreja católica. Conjugadamente com o baptismo e a participação mais ou menos regular na vida sacramental da Igreja (com a correspondente possibilidade de quantificação de missalizantes ou de celebração de matrimónios católicos, entre outros indicadores) a Acção Católica contribuiu para impor o associativismo sócio-religioso como um novo critério na avaliação de níveis de identificação e pertença relativamente à Igreja católica <sup>90</sup>. Por outro lado, a estrutura organizativa, as metodologias de trabalho desenvolvidas e a dinâmica participativa gerada pela Acção Católica, contribuíram decisivamente para o aparecimento de um novo tipo de cristão: *o militante católico*.

## 5. Principais etapas na vida da ACP

Numa perspectiva global de desenvolvimento, podem considerar-se quatro grandes etapas na história da ACP. A primeira de-

---

<sup>89</sup> Os dados aqui referidos encontram-se nas edições do *Anuário Católico de Portugal* (anos de 1931, 1933, 1941, 1947, 1953 e 1957) e foram compilados por REZOLA, Inácia, *op. cit.*, p. 238. Para o ano jubilar de 1959, existe um excelente estudo de FALCÃO, M. F. — *Expansão da A. C. Portuguesa nas diversas dioceses e sectores sociais*. Boletim de Informação Pastoral, 1959, 1 (5), p. 16-22.

<sup>90</sup> Cf. ANTUNES, M. L. Marinho — *Notas sobre a organização e meios de intervenção da Igreja católica em Portugal: 1950-80*. Análise Social, 1982, 72-74, p. 1141-1164.

corre da fundação à realização da I Decenal da Acção Católica, em 1944, e corresponde ao lançamento e implantação da nova organização de apostolado <sup>91</sup>. A formação do *crístão integral* é a referência central no projecto de cristianização da família <sup>92</sup>, da profissão e da vida pública. A nível doutrinal, esta etapa é marcada pela condenação do totalitarismo, pela afirmação de uma visão cristã do corporativismo e pela procura de uma nova ordem social, nomeadamente pela preparação da paz.

A segunda etapa, que então se inicia, culmina com a celebração do XXV aniversário da ACP, em 1958/1959 <sup>93</sup>. Do ponto de vista da doutrina social, coloca-se a tónica na necessidade de reforma das instituições e promovem-se iniciativas (os inquéritos, os congressos, as semanas de estudo) com grande repercussão na sociedade. Paralelamente, do ponto de vista organizativo, aumenta a importância do princípio de especialização segundo o meio social <sup>94</sup>. Os impasses do

---

<sup>91</sup> A par da obra de Mons. Avelino Gonçalves, já referida, cf. publicações da PRIMEIRA DECENAL DA ACÇÃO CATÓLICA PORTUGUESA: vol. I - *Crístão Integral*. Coimbra: 1946; vol. II - *Apóstolos dos nossos dias*. Coimbra: 1946; vol. III - *Os problemas sociais à luz da fé*. Coimbra: Casa do Castelo Ed., 1952.

<sup>92</sup> No domínio da família, refira-se o plano de defesa da família em 1936, que levou à fundação da *Associação dos Chefes de Família* e à *Campanha da Família*, no ano social de 1938-1939, que mobilizou numerosos meios e implicou diversas realizações em todo o país.

<sup>93</sup> Cf. *Carta pastoral do Episcopado Português e Mensagem do Papa*. Estudos, 1959, 373 e 376, p. 3-12 e 195-196; SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS DA ACÇÃO CATÓLICA PORTUGUESA — *Esquemas das sessões parciais e elementos bibliográficos*. Lisboa: Tip. União Gráfica, s. d.; ID. — *XXV Aniversário da ACP. Resultados dos inquéritos (apuramento provisório)*. Cascais: Tip. Cardim, s. d. Da bibliografia disponível, registre-se: GOMES, Joaquim Ferreira — *op. cit.*; 25 ANOS DA ACÇÃO CATÓLICA PORTUGUESA. Número especial da Revista *Novellae Olivarum*. 1959, 16 (163).

<sup>94</sup> A este propósito, registre-se a opinião autorizada do então Pe. Manuel Franco Falcão, num artigo de 1960: «É particularmente difícil de compreender todo o sentido e importância do apostolado do meio, específico da A.C. especializada. Só poderá ser compreendida na medida em que se tiver noção exacta da preocupação dominante da Igreja neste momento histórico em que um mundo novo está a surgir: a de estar presente ao rápido evoluir das velhas instituições sociais ou do aparecimento de novas, para que a civilização futura venha a estruturar-se em moldes cristãos; essa presença realiza-a a Igreja principalmente pela A.C. especializada, a quem confiou o difícil encargo de transformar num sentido cristão a mentalidade colectiva dos diversos meios, de cristianizar as estruturas e as influências e de formar leigos que venham a anunciar, com plena consciência das suas respon-

catolicismo social revelam-se na crescente tensão e conflitos que se verificam entre certos sectores católicos e o regime político vigente, visível a partir de meados da década de cinquenta <sup>95</sup>.

As celebrações do jubileu permitiram expressar algumas das preocupações que vinham emergindo no interior do catolicismo português: «o magno problema da evangelização da África» e, concretamente, a situação do Ultramar português é objecto de um dos simpósios que se realizam durante a a Semana Nacional de Estudos; o outro é dedicado ao tema «O apostolado da Igreja na perspectiva de evolução da sociedade portuguesa». As conclusões do evento registam algumas dessas evoluções e suas consequências para os diversos sectores da organização <sup>96</sup>: as mudanças nos processos formativos da juventude que deixaram de ser influenciados exclusivamente pelas estruturas tradicionais (família e escola); a necessidade urgente de preparação para uma presença e actuação cristã da mulher no mundo; a importância da actividade profissional e a necessidade de uma ac-

---

sabilidades cristãs, os mais diversos encargos da vida pública (...). Fazê-lo compreender é dos mais difíceis problemas que a A.C. deve procurar resolver.» (*Problemas actuais da Acção Católica Portuguesa*. Boletim de Informação Pastoral. 1960, 2 (7), p. 12-13).

<sup>95</sup> A evolução que então se verifica ganha expressão pública nas tomadas de posição de destacados militantes católicos, entre os quais dirigentes ou ex-dirigentes da A.C.P., em torno das eleições legislativas de 1957 e presidenciais de 1958. O primeiro documento, datado de 1959, é uma carta subscrita por 28 católicos, incluindo dirigentes da JOC e da JUC, dirigida ao diário católico *Novidades*, protestando contra a parcialidade do jornal em face das eleições presidenciais. Em Fevereiro de 1959, já depois da famosa carta do bispo do Porto, surge novo documento de carácter mais doutrinal, subscrito por 43 católicos sobre «As relações entre a Igreja e o Estado e a liberdade dos católicos», a propósito da acusação que Salazar fizera à Igreja de ter rompido a «frente nacional». Em 1 de Março de 1959 surge novo documento, desta vez, numa «Carta a Salazar sobre os serviços de repressão do regime», subscrita por 45 «cidadãos cristãos». (Documentos coligidos in ALVES, José da Felicidade (Ed. e Apresentação) — *Católicos e política: De Humberto Delgado a Marcelo Caetano*. 2.ª edição. Lisboa: Tip. Leandro, s. d. ).

Sobre esta questão, M. Braga da Cruz refere o desenvolvimento de uma «linha católico-democrática» de oposição ao salazarismo, em que inclui os católicos sociais dos anos 50: «Inicialmente mais *democratas-cristãos*, acabariam porém por prevalecer neste sector, nos finais do regime, as perspectivas socialistas.» (In *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*. Lisboa: Pub. D. Quixote, 1986, p. 177-180).

<sup>96</sup> *Declaração final da Semana Nacional de Estudos*. Acção Católica Portuguesa. Boletim Oficial. 1959, 298, p. 318-320.

ção cristianizadora dos centros de influência da sociedade; o reconhecimento do papel relevante que os tempos livres têm na realização da pessoa e que os modernos meios de comunicação social desempenham na vida social, apresentados como desafios à elaboração e difusão de uma cultura cristã.

A terceira etapa decorre sob o signo da preparação e realização do Concílio Vaticano II, num contexto de profunda mutação religiosa. O bloqueamento da evolução política na sociedade portuguesa contribuiu para dificultar a redefinição da ACP, conduzindo progressivamente a nova ruptura no projecto de união dos católicos. As tensões e conflitos, que se verificavam internamente, ganharam expressão pública, verificando-se a prevalência da componente nacionalista do catolicismo português.

A história de D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto, é emblemática de vários pontos de vista: em primeiro lugar, a sua reflexão e posicionamento político — expresso nomeadamente numa carta a Salazar a 13 de Julho de 1958<sup>97</sup> —, foram desenvolvidos na sua condição de membro da hierarquia católica e alicerçavam-se quer na doutrina social da Igreja quer no seu trabalho pastoral; em segundo lugar, a sua iniciativa não era um acto isolado, mas deve ser considerada como a expressão pública de certa corrente do catolicismo social que genericamente pode ser designada de democrata-cristã; por último, o jogo de acções e omissões que se estabeleceu no interior da Igreja relativamente à situação de exílio a que o bispo do Porto se viu forçado, evidencia as fragilidades dessa mesma corrente e o peso da componente nacionalista no interior do catolicismo português<sup>98</sup>. Para essa evolução terá contribuído decisivamente o eclodir da guerra colonial em África.

Por outro lado, a diversificação de formas e organizações de apostolado dos leigos é visível no aparecimento de novas associações católicas em Portugal: os Cursilhos de Cristandade, o Graal, o Movimento por um Mundo Melhor ou os movimentos de casais, são exemplo disso mesmo<sup>99</sup>. Complementarmente, verifica-se a afirma-

<sup>97</sup> Cit. in ALVES, J. da Felicidade — *op. cit.*, p. 31-64.

<sup>98</sup> A história de todo o processo não foi ainda escrita, pelo que teremos que nos ater aos testemunhos pessoais e à visão geral da época. D. António Ferreira Gomes narrou a versão pessoal dos acontecimentos na sua última obra: *Cartas ao Papa*. Porto: Figueirinhas, [1987], p. 203-216.

<sup>99</sup> Cf. SECRETARIADO NACIONAL DO APOSTOLADO DOS LEIGOS —

ção e autonomia de iniciativa de católicos que, individualmente e nessa condição, tomam posição pública e intervêm nos mais variados campos da sociedade, organizando e promovendo iniciativas: o Centro de Cultura Operário (1963), a publicação da revista *O Tempo e o Modo* (1963), o lançamento da Pragma-Cooperativa de Difusão Cultural e Acção Comunitária (1964) são expressões dessa mudança de atitude. Entre as posições públicas, registem-se duas: o protesto de cerca de duas centenas de intelectuais católicos e militantes da Acção Católica contra a atitude de Salazar relativamente à viagem de Paulo VI a Bombaim, em 1964 <sup>100</sup>; ou ainda na mesma ocasião, a Carta dirigida à Conferência dos bispos portugueses, subscrita por 97 dirigentes e ex-dirigentes da ACP, em Janeiro de 1965 <sup>101</sup>.

A quarta e última etapa inicia-se em 1965 e corresponde à redefinição do papel da ACP, que esteve na origem e aplicação dos novos Princípios Gerais de 1971. A atenção à realidade social — apoiada na nova teologia dos «sinais dos tempos» e nos critérios de leitura propostos pelo magistério pontifício de João XXIII e Paulo VI — traduz-se na análise crítica, necessariamente mais «politizada», da sociedade portuguesa. A reflexão sobre o sentido da solidariedade e o apelo a uma «reforma da sociedade», a propósito da «grave situação criada pelo grande temporal que assolou a região de Lisboa», em 1967, constitui um bom exemplo <sup>102</sup>.

Por outro lado, o aprofundamento da reflexão teológica estimulou a diferenciação de níveis de intervenção da Igreja e dos católicos na sociedade, conduzindo à valorização da ideia de cidadania e à progressiva aceitação do pluralismo no interior do catolicismo. A publicação da *Carta pastoral no décimo aniversário da «Pacem in Terris»*, pela Conferência Episcopal, em 1973 <sup>103</sup>, confirma essa evolução.

Durante este período evidencia-se, mais uma vez, a importância que a dinâmica internacional da Igreja teve na recomposição do

---

*Perfil dos movimentos e obras do apostolado dos leigos em Portugal*. Cascais: Tip. Cardim, s.d. Colecção «Separatas Laykos», I.

<sup>100</sup> Cf. CERQUEIRA, Silas — *op. cit.*, p.489.

<sup>101</sup> In ALVES, J. da Felicidade — *op. cit.*, p. 287-297.

<sup>102</sup> In Boletim *Acção Católica Portuguesa*. 1968, 368, p. 66-69.

<sup>103</sup> CONFERÊNCIA EPISCOPAL DA METRÓPOLE — *Carta pastoral no décimo aniversário da «Pacem in Terris»*. Lisboa: Ed. do Secretariado Geral do Episcopado, Maio de 1973.

catolicismo, tanto no que se refere à problemática missionária, quanto no que se prende com o entendimento do lugar dos leigos e o papel da Acção Católica, em geral. A título de exemplo, registre-se o impacto que as reflexões do III Congresso Mundial para o Apostolado dos Leigos (1967) tiveram nos diversos sectores da opinião pública católica, gerando a polémica pública da Junta Central da ACP com o jornal *Novidades* e com o responsável por um programa religioso na Emissora Nacional, o Pe. Videira Pires <sup>104</sup>.

A desagregação da ACP como corpo orgânico, em 1974, explica-se não tanto pelo novo quadro político, quanto pela impossibilidade de reformulação da *Acção Católica Portuguesa* num contexto religioso e quadro pastoral diverso daquele que lhe dera origem. Nascida sob o signo da «união» católica, a ACP não sobrevive ao pluralismo religioso, cultural e político da sociedade portuguesa que ela ajudara a forjar. Desde então continuaram a existir *organismos* ou *movimentos* católicos na tradição da Acção Católica, mas o paradigma apostólico que ela consubstanciou, esse perdura apenas pela história <sup>105</sup>.

### Algumas conclusões

Retomando ideias desenvolvidas ou sugeridas ao longo do trabalho, cabe aqui, em jeito de conclusão, apresentar algumas hipóteses interpretativas relativas ao papel da ACP na evolução do catolicismo contemporâneo. Esquemáticamente, enunciarmo-las segundo sete afirmações:

1º) a história da ACP, parte integrante do «movimento católico», é reveladora da evolução e ajuste do projecto pastoral da Igreja na sua estratégia de «reconquista cristã» da sociedade moderna, assim como um dos principais pólos de tensão nessa relação;

---

<sup>104</sup> Cf. Boletim *Acção Católica Portuguesa*. 1968, 368, p. 44-63 e 70-77.

<sup>105</sup> Em Abril de 1978, em reunião da Conferência Episcopal Portuguesa, os bispos apenas reconheceram, como Acção Católica, os seguintes movimentos: JUC — Juventude Universitária Católica; LUC — Liga Universitária Católica; MEC — Movimento dos Educadores Católicos. À JOC foi negada a possibilidade de utilizar tal designação e para os outros movimentos existentes (JAC, JEC e LOC) foi estabelecido novo período de diálogo, dado se considerar que os seus estatutos e prática não correspondiam integralmente aos requisitos fixados pela Conferência Episcopal.

2º) simultaneamente, pelo lugar central que ocupou na acção pastoral, a ACP funcionou como agente e catalisador de mudanças no seio da Igreja católica, tornando-se em objecto de conflituosidade interna ao catolicismo;

3º) neste processo, a ACP é expressão da emergência não da já da iniciativa dos leigos, mas do moderno «apostolado dos leigos», sendo uma das suas principais formas de concretização até ao Concílio Vaticano II;

4º) a diversificação na dinâmica do apostolado laical e a consequente reflexão teológica — visível na mudança conceptual que a passagem terminológica de «fiel» a «leigo» evidencia — acarretou dificuldades e renovadas tensões, nomeadamente no que se refere à compreensão da teologia do «mandato»;

5º) ao procurar combater muitas das realizações e concepções do mundo moderno, a ACP contribuiu paradoxal, mas inexoravelmente, para potenciar novas dinâmicas e comportamentos no interior do catolicismo, funcionando como instância de *aggiornamento* da Igreja em Portugal;

6º) ao afirmar «a acção» como uma das principais mediações para a presença evangelizadora da Igreja no processo de secularização em curso na sociedade, a ACP contribuiu para recuperar e valorizar positivamente, no interior do catolicismo, certas formas de laicidade;

7º) pelo trabalho desenvolvido, a ACP fomentou o aparecimento de uma nova dinâmica associativa no interior do catolicismo e, tanto pela iniciativa institucional quanto pelo envolvimento pessoal dos seus membros, contribuiu para a génese de alguns dos «movimentos sociais» contemporâneos.

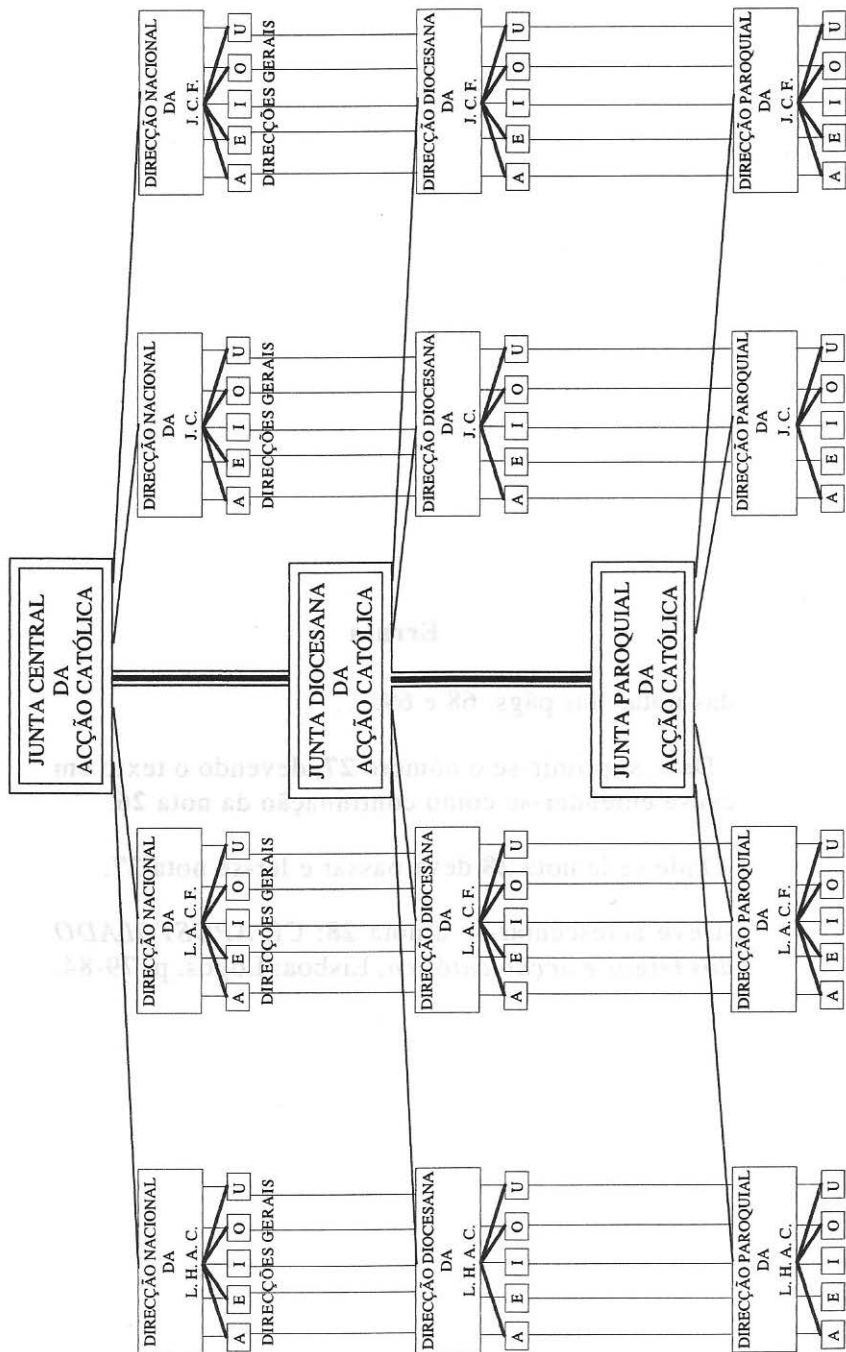
Para uma avaliação da *Acção Católica Portuguesa* e uma análise histórica do seu papel, urge estudar detalhadamente as mudanças na sua orgânica; estabelecer as curvas de evolução dos seus efectivos; alargar a cronologia dos eventos que protagonizou; determinar, nas sucessivas conjunturas, o modo como marcou acontecimentos e influenciou a vida da Igreja e a relação desta com a sociedade em geral. Mas ainda assim estaremos dentro de um quadro institucional, necessariamente redutor.

Pela natureza e tipo de trabalho desenvolvido, a ACP foi uma verdadeira escola de pensamento e acção de novas elites católicas:

leigos e eclesiásticos, jovens e adultos, homens e mulheres de diversos meios sócio-profissionais, nela se iniciaram na «militância católica» ao longo de sucessivas gerações. Pela perspectiva de «formação integral» dos seus membros, pela renovada dinâmica de interacção da Igreja com «o mundo», pelas suas propostas nos variados campos de organização da vida, a Acção Católica foi uma força social inconteste e as suas iniciativas tiveram impacto para além das suas fronteiras. Pelo sua centralidade na estrutura da Igreja, esta organização do apostolado funcionou como laboratório de inovação eclesial, nomeadamente aos níveis teológico, litúrgico e pastoral. Pela sua dinâmica, a Acção Católica preparou muitas das reflexões e antecipou algumas das propostas do Concílio Ecuménico Vaticano II.

E se a ideia de «crise» atravessou e acompanhou a ACP praticamente desde os seus primórdios, foi porque muito terá contribuído para essa renovada compreensão e relação da Igreja com o mundo moderno. A história das realizações, dificuldades e impasses da *Acção Católica Portuguesa* é, em muito, a história da Igreja em Portugal e expressa, em certa medida, a história dos avanços e impasses da sociedade portuguesa ao longo do meio século da sua existência.

# GRÁFICO DA ORGANIZAÇÃO DA A.C.P. \*



\* V. nota 58.

## Errata

das notas das págs. 68 e 69:

- Deve suprimir-se o número **27**, devendo o texto em causa entender-se como continuação da nota **26**.

-Onde se lê nota **28** deve passar e ler-se nota **27**.

-Deve acrescentar-se a nota **28**: Cf. *APOSTOLADO dos leigos e acção católica*, Lisboa: Logos. p. 79-84.